

DÉBORA WOJCIK

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE
CONTENDA – PR**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

**CURITIBA
2006**

TERMO DE APORVAÇÃO

DÉBORA WOJCIK

DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE CONTENDA – PR

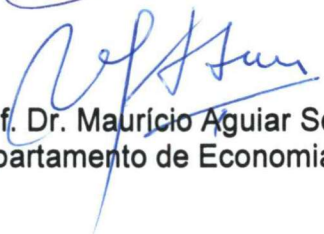
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia



Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia

Curitiba, novembro de 2006

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	iii
RESUMO.....	iv
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E GLOBALIZAÇÃO.....	7
2.1 CONCEITO E REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	8
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MUNICÍPIOS RURAIS.....	21
3 ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	27
3.1 EDUCAÇÃO.....	29
3.2 LONGEVIDADE.....	31
3.3 RENDA.....	32
4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	44
5 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	Iviii

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 –	TRAÇOS BÁSICOS DO FORDISMO.....	8
QUADRO 2 –	TRAÇOS BÁSICOS DO PÓS-FORDISMO.....	10
TABELA 1 –	NÍVEL DE IDH-M DA MÉDIA PARANAENSE E MUNICÍPIOS SELECIONADOS – 2000.....	29
TABELA 2 –	NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA PARANAENSE – 2000.....	30
TABELA 3 –	DADOS REFERENTES À LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA PARANAENSE – 2000.....	31
TABELA 4 –	NÍVEL DE RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA PARANAENSE – 2000.....	33
TABELA 5 –	DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO VIA PRONAF NO MUNICÍPIO DE CONTENDA, DE ACORDO COM A MODALIDADE – 2000/2006.....	35
TABELA 6 –	QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE CONTENDA – SAFRA 2003/2004.....	37

RESUMO

A conquista do desenvolvimento econômico é um objetivo buscado por todas nações ao longo dos dois últimos séculos. Durante muito tempo permaneceu, entre os pensadores, a idéia de que seria única e exclusivamente através da industrialização que os territórios teriam condições de alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico. Além disso, neste pensamento predominava o apoio exclusivo à grande empresa e as políticas públicas partiam apenas do Estado Central. Contudo, este pensamento não leva em consideração que os diferentes territórios apresentam base econômica distinta, bem como os problemas e o potencial de crescimento econômico também diferem uns dos outros. Neste sentido, começa surgir, a partir dos anos 70, a visão de Desenvolvimento Econômico Local. Essa idéia busca estimular os potenciais econômicos no próprio território, utilizando os recursos endógenos a fim de fortalecer a base econômica de determinado local. Ainda neste pensamento, as pequenas empresas têm mais atenção, dando-se prioridade para a integração horizontal entre elas. As políticas públicas, por sua vez, são elaboradas a partir dos agentes locais, ou seja, as instituições públicas e privadas do território têm uma atuação mais ativa na formulação de estratégias de desenvolvimento econômico. Assim, tendo como base as idéias de desenvolvimento econômico local, é feita uma análise da realidade sócio-econômica do município de Contenda. Um município rural, cuja base econômica é a agricultura exercida em pequenas propriedades. A análise destes dados identifica os problemas existentes na agricultura contendense, bem como suas causas. A partir disso, são propostas algumas estratégias de desenvolvimento econômico local, a fim de solucionar os problemas identificados. Desta forma o município pode melhorar seu Índice de Desenvolvimento Humano e favorecer à população um aumento da qualidade de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; desenvolvimento rural; município de Contenda.

1 – INTRODUÇÃO:

A visão de desenvolvimento econômico não deve levar em consideração apenas o aumento de renda per capita, mas também ter a preocupação de observar o aumento em outras dimensões, tais como educação, saúde, lazer, serviços básicos de saneamento, entre outros, que medem a qualidade de vida das pessoas e, assim, se apresentam como indicadores do desenvolvimento econômico.

Com isso, os países visam alcançar elevados níveis destes indicadores, possibilitando à população melhorar seu padrão de vida. Na busca deste objetivo a estratégia usada durante muitos anos foi a promoção da industrialização e o incentivo à grandes grupos de empresas multinacionais.

No entanto, em muitos territórios, geralmente pequenos municípios, é a pequena empresa que se apresenta como base para o desenvolvimento econômico. Além disso, outros territórios são influenciados por atividades rurais e agrícolas. Ora, a busca do desenvolvimento econômico baseada apenas na grande empresa e nos centros urbanos marginaliza os pequenos municípios rurais, que ficam sem uma estratégia de desenvolvimento adequada à sua realidade. Desta forma, levando em consideração que cada município tem suas particularidades, se faz necessário a busca de estratégias de Desenvolvimento Econômico Local. Esta idéia visa fortalecer a base produtiva local, usando os recursos disponíveis no próprio território.

A partir disso, observa-se a realidade do município de Contenda. Um município rural, cuja base econômica é a agricultura familiar, ou seja, o trabalho e a gestão da propriedade são feitos pelos membros da família, contando com mão-de-obra contratada apenas nas épocas de plantio e colheita. A predominância é de pequenas propriedades, onde se cultiva, basicamente, feijão, batata, milho e cebola. Neste município o pequeno comércio existente gira em torno da agricultura, e o modo de gestão também é familiar, utilizando prioritariamente a mão-de-obra dos proprietários.

Esta agricultura que movimenta a economia contendense apresenta baixa produtividade, gerando uma baixa renda aos agricultores e demais pessoas que dependem deste setor. Além disso, há pouca diversificação de culturas e falta incentivo

à agroindustrialização, que poderia agregar valor à produção. Ainda, neste município o nível de escolaridade da população adulta está baixo, com poucos anos de estudo. Estas questões colaboram para o baixo nível de desenvolvimento econômico observado em Contenda, trazendo à população um baixo padrão de vida.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo a análise sócio-econômica do município de Contenda, identificando as causas e consequências de seus problemas. A partir desta análise e com base na visão de desenvolvimento econômico local, é possível delinear propostas que promovam o desenvolvimento deste município a partir de suas particularidades e potencialidades.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo é feita uma reflexão sobre o conceito de Desenvolvimento Local, como também a revisão da literatura sobre este tema.

No segundo capítulo é feito um diagnóstico do município de Contenda, a fim de identificar as características de sua base econômica, bem como os problemas que precisam ser resolvidos. Para tanto, além da consulta à banco de dados oficiais foi realizada pesquisa primária por meio de entrevistas com os principais agentes promotores do desenvolvimento econômico: agentes públicos (Prefeitura e EMATER) e privados (Sindicato dos trabalhadores rurais e Cooperativa Agrícola). A Metodologia do Marco Lógico (MML) foi utilizada para a construção da árvore de problemas do município.

No terceiro capítulo, são propostas algumas estratégias que visam solucionar os problemas apontados no segundo capítulo, considerando as opiniões dos agentes locais entrevistados. Estas estratégias vêm no sentido de dar condições para a reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento local do município de Contenda, trazendo à população melhorias no padrão de vida e bem estar social. Para facilitar a observação destas propostas, foi construída a árvore de objetivos com sua finalidade e meios (ações).

Por fim, na conclusão são sintetizados os principais resultados do presente trabalho.

2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E GLOBALIZAÇÃO¹

No decorrer das últimas décadas, pode ser verificado um crescente processo de globalização, facilitado por modificações tecnológicas e estruturais da economia. Referente à evolução tecnológica pode-se destacar a introdução da microeletrônica, permitindo a comunicação entre localidades distantes em tempo real. Além disso, estão ocorrendo mudanças estruturais que se refletem tanto nos processos de produção e gestão empresarial como também na organização do Estado. Frente à reestruturação tecnológica e econômica há uma crescente preocupação com a otimização da produção e com a competitividade, estimulando e criando alguns novos setores e atividades econômicas, bem como eliminando outros setores “maduros”. Tudo isso traz uma mudança social, cultural e institucional, que é sentida diferentemente em cada território.

Em consequência a estas mudanças estruturais, as empresas necessitam de formas de produção mais eficientes, mudanças na gestão empresarial, renovação constante e rápida dos processos produtivos. Tudo isso para se mostrarem competitivas no mercado mundial, frente às maiores exigências da economia globalizada.

Nesse sentido, ao longo dos anos formou-se grandes grupos empresariais voltados para o mercado mundial. Ou seja, empresas de grande porte, com grande acúmulo de capital tiveram bastante destaque durante muito tempo, sendo consideradas como única possibilidade de atingir o desenvolvimento econômico de um país.

No entanto, junto à essas atividades voltadas ao mercado mundial, existem outras que se desenvolvem nos âmbitos local e nacional, protagonizadas por empresas de pequeno porte e que têm uma lógica de funcionamento diferente àquela do mercado mundial. Desta forma, neste capítulo serão explanadas as diferentes estratégias de desenvolvimento econômico: uma baseada na grande empresa voltada ao mercado mundial e outra baseada em empresas de pequeno porte que têm como cenário o

¹ Este capítulo é baseado, primordialmente, nas contribuições de LLORENS, 2001.

mercado local e nacional. Além disso, será feita uma reflexão mais aprofundada sobre esta última estratégia de desenvolvimento econômico.

2.1 – REVISÃO CONCEITUAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Historicamente pode-se perceber que o que ditava o fortalecimento da empresa não era a tecnologia, como é hoje observado, mas sim era o seu porte estrutural. Na economia pós-guerra predominava a concepção de um processo de crescimento econômico baseado na produção em larga escala de produtos padronizados, efetuada pelos grandes grupos empresariais, resultando na integração vertical entre as empresas. Este modelo de crescimento era baseado numa política econômica centralizada na esfera nacional, onde a maior preocupação era a expansão da demanda agregada. O quadro a seguir apresenta as principais características desta fase.

QUADRO 1 – TRAÇOS BÁSICOS DO FORDISMO		continua
1. Fator-Chave	• Petróleo Barato	
2. Organização do Trabalho e Forma de Produção (uniformidade e repetitividade)	• Fábrica/cadeia de montagem/taylorismo • Produção em massa de produtos padronizados • Uso intensivo de energia e materiais • Maquinaria especializada de alto custo • Estabilidade no emprego relativa - Acordos coletivos - Relação salários/produtividade • Baixa ou nula preocupação com impactos ambientais	
3. Otimização da Gestão Empresarial	• Grande empresa/oligopólio • Organização hierárquica e separação de funções empresariais • Atividade de P&D integradas na empresa • Economias de escala internas à empresa • Concorrência interempresarial	
4. Ramos Motrizes	• Siderurgia, petroquímica, construção naval, setores automotivo e de transporte, indústria da construção, bens de consumo duradouro, indústria militar • Serviços vinculados: oficinas de automóveis, distribuição de gasolina, finanças, turismo	

5. Infra-Estrutura Vinculada	• Auto-estradas, estradas, energia elétrica • Habitação e urbanismo • Grandes complexos residenciais • Infra-estrutura para turismo maciço
6. Mercado de Trabalho e Perfil de Ocupações	• Especialização do trabalho • Qualificações médias da força de trabalho
7. Assentamentos Territoriais	• Concentrações urbanas e economias de aglomeração • Integração territorial vertical hierárquica • Pólos industriais
8. Planejamento e Políticas Públicas	• Centralizada • Indicativa para o setor privado • Dirigismo estatal • Unidade de análise principal: o Estado-nação

FONTE: LLORENS. F.A. Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro. BNDES. 2001. p. 68

Como pode ser observado no quadro 1, o fator que impulsionava o modelo fordista era a existência de petróleo barato. Tal modelo se caracterizava por um sistema de produção baseado na grande empresa industrial, nas economias de escala internas à empresa e na localização desta nos grandes centros urbanos. Outra característica desta fase era a produção em massa de produtos padronizados, com utilização intensiva de energias e materiais, bem como de maquinaria especializada, que necessita de alto investimento com custos de instalação e manutenção.

Com relação às questões trabalhistas, no fordismo os acordos entre empresários, trabalhadores e governos garantiam uma certa estabilidade no emprego e um aumento de salários conforme ocorresse um aumento de produtividade. Contudo, a maioria das ocupações era da mão-de-obra de baixo ou médio nível de qualificação nas atividades diretamente ligadas à produção. Os maiores níveis de especialização eram observados apenas nas diferentes funções da gestão empresarial. Observa-se também que a organização empresarial diz respeito à hierarquização de funções e separação espacial de atividades.

Ainda neste modelo, as principais indústrias se concentravam nos ramos da siderurgia, petroquímica, indústria da construção e militar, construção naval, setor automotivo e bens de consumo duráveis. A estes setores estavam vinculados serviços como: financeiros, oficinas de automóveis, dentre outros, que impulsionavam a produção e o consumo em massa.

Ressalta-se também que o foco da infra-estrutura estava na construção de auto-estradas, fornecimento de energia elétrica, criação de grandes complexos residenciais, com fortalecimento da urbanização, onde se destacavam as concentrações populacionais.

Com relação aos assentamentos territoriais há grande destaque para a existência de pólos industriais, explorando as economias de aglomeração. Além disso, a integração territorial era feita de forma vertical e hierárquica.

Por fim, o planejamento político do modelo fordista era feito de uma forma centralizada, partindo do Estado Nacional.

Contudo, este modelo de crescimento econômico gerava muitas deseconomias, principalmente ambientais, como a contaminação do ar, solo e rios, bem como o esgotamento de recursos naturais não-renováveis. Assim, os territórios se mostravam competitivos apenas pela presença de recursos de recursos naturais que eram alvo da exploração industrial de forma vertical, deixando de contribuir para seu desenvolvimento. Ou seja, não havia a preocupação de identificar e estimular atividades econômicas locais que tinham potencial de desenvolvimento.

Assim, a partir dos anos 70 a forma de buscar o desenvolvimento adotada no fordismo começou a ser questionada. O progresso tecnológico teve um importante salto, marcando a tendência para formas produtivas mais flexíveis, isto é, maior adaptação da oferta frente às constantes oscilações na demanda. O quadro a seguir ilustra algumas características desta fase denominada pós-fordista.

QUADRO 2 – TRAÇOS BÁSICOS DO PÓS-FORDISMO

continua

1. Fator Chave	• Microeletrônica (baixo custo do controle da informação e integração de todas as fases do processo econômico numa mesma unidade de tempo real)
2. Organização do Trabalho e Forma de produção (uniformidade e repetitividade)	• Produção flexível e diferenciada • Importância da qualidade do produto • Uso intensivo da informação • Maquinaria versátil • Maior preocupação com os impactos ambientais

3. Otimização da Gestão Empresarial	• Empresa com capacidade de adaptação aos mercados flutuantes: subcontratação de empresas; maior flexibilidade das PMEs • Integração horizontal das diferentes funções empresariais • P&D como resultado de cooperação entre empresas e setor público • Economias de variedade • Economias de escala externas à empresa e internas ao território
4. Ramos Motrizes	• Microeletrônica, novos materiais, biotecnologia, indústria aeronáutica • Serviços vinculados: empresariais e de gestão; financeiros
5. Infra-Estrutura Vinculada	• Novas tecnologias da informação e de telecomunicações • Centros de formação e inovação empresarial
6. Mercado de Trabalho e Perfil de Ocupações	• Heterogeneidade do mercado de trabalho • Polivalência da força de trabalho • Precariedade e insegurança no emprego
7. Assentamentos Territoriais	• Importância do entorno territorial para facilitar a inovação produtiva e empresarial • Concorrência e cooperação empresarial, territorial (redes de empresas locais) • Institutos e parques tecnológicos • Cultura local de desenvolvimento
8. Planejamento e Políticas Públicas	• Descentralizados • Estratégicos • Articulados entre setores públicos e privados • Agências de desenvolvimento regional e local • Unidade de análise principal: clusters territoriais e setoriais

FONTE: LLORENS. F.A. Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro. BNDES. 2001. p. 69

Apesar do petróleo ainda ser o combustível mais utilizado na produção, há uma grande incorporação da microeletrônica. Esta possibilita a vinculação de todas as fases do processo produtivo, gerando maior eficiência na organização técnica e gerencial da empresa.

No processo de produção pós-fordista, ganham maior importância a qualidade dos produtos, o uso intensivo da informação e conhecimento, como também começa haver uma maior preocupação com os impactos ambientais.

Juntamente com a incorporação da microeletrônica, destacam-se atividades ligadas à novos materiais, à biotecnologia e à indústria aeronáutica. Estas são

resultantes dos avanços significativos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), que por sua vez são facilitados pela maior cooperação e integração horizontal entre as empresas.

Nesta fase também encontra-se a infra-estrutura de telecomunicações, os centros de inovação e desenvolvimento empresarial, os institutos tecnológicos, o uso de novas tecnologias, dentre outros.

Quanto ao mercado de trabalho, esta fase está marcada por uma maior instabilidade no emprego. Observa-se a contratação precária e temporária da mão-de-obra, por causa das formas flexíveis de produção, além de estar presente uma maior heterogeneidade no mercado de trabalho. O trabalhador envolvido na produção tem que ser capacitado para a utilização da maquinaria flexível, embora não seja observada uma excessiva qualificação para tarefas mais rotineiras.

No pós-fordismo a grande vantagem da empresa não é necessariamente seu grande porte, mas sua capacidade de adaptação aos mercados flutuantes. Isto abre espaço para a importância das redes de empresas e de um entorno territorial que lhes permita o acesso aos importantes serviços de desenvolvimento empresarial. As diferentes atividades necessárias à produção (administração, marketing, contabilidade, dentre outras) não são realizadas totalmente no interior da empresa, mas são conseguidas pela integração horizontal entre elas.

Nesta fase é dada bastante importância ao entorno territorial, que são a infra-estrutura e os serviços disponíveis no território que facilitam o crescimento das pequenas empresas, tais como acesso ao crédito, a informação, dentre outros. Ou seja, o território se mostra como ator importante para se alcançar o desenvolvimento econômico.

Por fim, o planejamento econômico é feito de forma descentralizada, possibilitando uma maior participação das outras esferas de governo (estadual e municipal), bem como uma maior parceria público-privada.

As características das duas fases descritas mostram que existem estratégias distintas para se alcançar o desenvolvimento econômico: no fordismo com um caráter concentrador e baseado na grande empresa e no pós-fordismo com a tecnologia

determinando em maior grau as possibilidades de desenvolvimento. Assim, pode-se perceber que a estratégia adotada no fordismo não é a única via existente e possível para a conquista do desenvolvimento econômico. Da mesma forma, não são todas as atividades econômicas que seguem os padrões e normas do mercado globalizado e da grande empresa. Segundo LLORENS (2001, p. 17), cerca de 2/3 da produção de um país não é comercializada mundialmente. Esta proporção da produção se refere àquela parcela comercializada internamente, em economias locais, protagonizadas predominantemente por Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME's, sem contar aquela proporção da produção que não é objeto de transações formais, ou seja, aquelas que se realiza para atender o próprio consumo familiar ou camponês ou a outras atividades que não se incluem no Sistema de Contas Nacionais.

Segundo LLORENS (2001, p.37), a pequena produção tem um destaque muito grande, principalmente na América Latina, sobretudo no que se refere à geração de emprego e renda. Do total das empresas formais mais de 96% são de pequeno porte. Estas são responsáveis por ocupar mais de 56% da mão-de-obra formal. Com esta expressiva participação é imprescindível adotar políticas que visem a promoção destas empresas, cujo mercado é local ou nacional. Assim sendo, a promoção destas empresas asseguram também o desenvolvimento daquelas regiões onde a base econômica não é composta pela grande empresa voltada ao mercado mundial.

A partir destes questionamentos, a reflexão sobre o Desenvolvimento Local começou a ganhar importância, dado que este tipo de desenvolvimento não se baseia na grande empresa multinacional, longe da comunidade local, mas busca um impulso baseado nos recursos potenciais endógenos, desenvolvendo a atividade produtiva e a geração de empregos nos diversos territórios.

Ressalta-se ainda que, durante muito tempo, permaneceu a idéia de que a única estratégia de desenvolvimento era iniciada nos países desenvolvidos, através da industrialização, da urbanização e da grande empresa. A partir daí o desenvolvimento seria difundido às demais atividades econômicas e aos diversos países. Contudo, recentemente têm surgido maiores reflexões sobre os processos e iniciativas de desenvolvimento local. Na visão de LLORENS (2001, p.79) estas iniciativas "... se

baseiam num aproveitamento dos recursos existentes em qualquer território, quer sejam de origem rural, ambiental, agroindustrial ou de serviços e supõem, portanto, uma via difusa de desenvolvimento e emprego para a população ali situada.”

Desta forma este autor define o desenvolvimento econômico local como “... um processo no qual os atores ou as instituições locais mobilizam-se para apoiar as diferentes ações, buscando criar, reforçar e preservar atividades e empregos, utilizando os meios e recursos do território.” (LLORENS, 2001, p. 136)

Da mesma forma, ALBUQUERQUE (1996, p. 4) define o desenvolvimento local como “... aquele processo ativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida duma comunidade local.”

Entretanto, a idéia do desenvolvimento local não é antagônica à política de globalização, pois se sabe que existem setores que têm como espaço econômico estratégico o mercado global. Este é o caso das telecomunicações, finanças, seguros, indústria automotiva, dentre outros. Porém, é despertada a percepção de que outros setores, predominantemente as MPME's, têm atuação local e se desenvolvem no âmbito territorial. Assim, necessitam de ações e decisões tomadas localmente, ou seja, a lógica de atuação é diferente daquela adotada nos mercados globais.

Assim sendo, a política de desenvolvimento local difere da política voltada à grande empresa multinacional ao centrar suas ações no fortalecimento das MPME's e no estímulo de criação de empresas inovadoras, observando os potenciais econômicos de cada região. Isso não quer dizer que a grande empresa não tenha sua importância ou que esteja perdendo poder frente às empresas de pequeno porte. Porém, é importante destacar que as MPME's constituem a maior e mais vulnerável parcela do tecido empresarial. Atualmente estas empresas têm maior possibilidade competitiva que no modelo fordista, visto que hoje o capital estratégico é o conhecimento e não mais o alto volume de capital financeiro que se observava indispensável nas indústrias de grande porte. Ou seja, o tamanho da empresa não é mais tão importante quanto o conhecimento e a capacidade de inovação. Com isso, há uma diversificação de

mercados, onde a pequena empresa pode encontrar um lugar competitivo agindo com uma lógica diferente à daquelas de grande porte.

A inovação nas administrações locais é de vital importância para que ocorra uma modificação econômica, cultural e social no território. Na concepção de desenvolvimento local cada agente econômico é protagonista e promotor do desenvolvimento. Assim as iniciativas de Desenvolvimento Local devem se configurar em ações conjuntas de atores públicos e privados. ALBUQUERQUE (200[?], p. 22) observa que "entre esses atores devem encontrar-se as autoridades locais, câmaras de comércio, associações de empresários, universidades, sindicatos de trabalhadores, centros de pesquisa e desenvolvimento, entidades financeiras com presença local, organizações não governamentais, etc."

Outro fator importante que determina o êxito das estratégias de desenvolvimento local é a disponibilidade de mão-de-obra capacitada. Assim, é essencial uma preocupação com o sistema educacional, visto que a partir da escola se estimula o pensamento criativo e favorável à inovação. Isso requer formas de aprendizagem adequadas a cada contexto e a cada meio territorial. É imprescindível que exista uma preocupação com a capacitação dos recursos humanos para que, a partir disso, se consiga modernizar a produção atual, aumentando a produtividade, bem como abrir oportunidades para novas atividades segundo as possibilidades do território.

Tudo isso tendo em vista que a disponibilidade de recursos humanos qualificados é imprescindível para se alcançar a inovação produtiva e empresarial, bem como adotar atitudes criativas e inovadoras. Neste sentido, as iniciativas locais também podem colaborar para aumentar o nível de capacitação da população. Pois, embora o Estado Central seja o grande responsável pela garantia de educação para todos os cidadãos, as estratégias de educação locais podem identificar mais facilmente as necessidades dos diversos mercados locais de trabalho, bem como as potencialidades produtiva e empresarial do território. Assim, o papel dos poderes públicos e agentes locais podem atuar na formação e capacitação dos recursos humanos, de uma forma apropriada ao contexto econômico, produtivo e social local.

Com a introdução da inovação tecnológica, organizacional e de gestão, e com a qualificação dos recursos humanos o território deixa de ser competitivo pela mera exploração de recursos naturais disponíveis e mão-de-obra barata. Ou seja, ele passa a ter um desenvolvimento endógeno e sustentável, já que “estas inovações podem permitir a criação de novas atividades, a retenção de maiores graus de valor agregado na produção, a abertura de novos mercados, a revitalização de setores maduros e, em síntese, o reforço do tecido empresarial” (Llorens, 2001, p. 46).

O processo de globalização da economia mundial tem estimulado as mudanças estruturais, como a inovação tecnológica e administrativa do tecido produtivo e empresarial. Diante disso é muito importante trabalhar a partir do nível local, com políticas orientadas para esses objetivos de transformação produtiva, na qual as empresas locais adquirem um fortalecimento necessário para poderem se ajustar às novas exigências de eficiência produtiva impostas pela maior competitividade internacional, não somente às atividades industriais, mas ao conjunto da economia, seja no âmbito rural ou urbano, nos setores agrário, industrial ou de serviços. O território e o meio local agem como estimuladores das inovações, fornecendo recursos estratégicos e externalidades positivas para a eficiência produtiva e para a competitividade empresarial.

Em outras palavras, para que a empresa se mostre competitiva frente às concorrentes ela necessita, além de realizar ações que busquem qualidade dos produtos e eficiência interna, estar inserida num entorno territorial, onde se beneficia de serviços como: recursos humanos qualificados, serviços especializados empresariais, acesso ao crédito, linha de financiamento, sistema de saúde eficiente, educação, uma cultura que promova a criatividade e o empreendedorismo, etc. Com este ponto de vista pode-se perceber que o território é um ator decisivo no desenvolvimento econômico, já que é nele que se encontram estes serviços essenciais às empresas. Salienta-se, de outro lado, que localmente há uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável, que leva em consideração a preservação do meio ambiente, medindo o impacto das atividades de transformação do meio natural. Esta importância da organização do território é observada em LLORENS (2001, p. 76):

Como se pode ver, nas estratégias de desenvolvimento econômico local, o espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não como um mero espaço funcional. Na concepção do desenvolvimento local, o território socialmente organizado e seus traços culturais e históricos próprios são aspectos muito importantes. Assim, também, a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos grandes processos de transformação existentes, senão que desenvolve iniciativas próprias, a partir de suas particularidades territoriais nos diferentes níveis econômico, político, social e cultural.

Desta forma, as administrações públicas territoriais devem se esforçar na construção de um entorno institucional que favoreça o desenvolvimento produtivo e facilite o acesso aos serviços de informação, capacitação e financiamento apropriados para as MPME's, pois são estas que constituem a maior parte da rede de empresas no nível local, visto que o mercado não garante o fornecimento de tais serviços. Isso se faz necessário, pois as micro e pequenas empresas – diferentemente das grandes, que podem custear os serviços de desenvolvimento empresarial – não conseguem produzir nem adquirir isoladamente tais serviços especializados. Assim, uma política de oferta ativa, dirigida à motivação local e à criação de entorno territorial inovador, cria uma institucionalidade apropriada para o desenvolvimento econômico local.

É importante salientar que a adoção de políticas de desenvolvimento local não devem ser simplificadas a ações assistencialistas à áreas mais carentes e marginalizadas do território em questão. É indispensável uma visão de desenvolvimento endógeno e sustentável para estas áreas. Para tanto se faz necessário uma mudança na concepção da atuação dos governos locais e territoriais. Estes não devem ter apenas a função de administradores de repasses dos governos centrais ou de prestadores de serviços básicos à população. Devem também ser promotores de práticas que levem ao desenvolvimento endógeno e sustentável, situando-se como atores de desenvolvimento, assumindo o papel de animadores locais, estimulando a produção e a geração de riqueza e empregos, como também contribuir para uma cultura local de desenvolvimento.

A descentralização das competências nas administrações públicas estimula novas iniciativas por parte dos atores territoriais sobre a melhor forma de utilizar os recursos disponíveis localmente, dando aos gestores públicos novos papéis como atores dinamizadores da transformação produtiva em cada território e possibilitando a articulação de estratégias de fomento produtivo e geração de emprego, fazendo-os comprometidos, não apenas de forma assistencial, com a superação da pobreza e a busca de maior igualdade social.

Pois, a proximidade com os problemas, os potenciais econômicos, as necessidades e os recursos disponíveis de cada território permite à administração pública local formular estratégias e políticas de desenvolvimento econômico personalizadas. Ou seja, o conhecimento das particularidades de cada território é de vital importância para promover o seu desenvolvimento. Porém este plano local de desenvolvimento não pode ser feito de uma forma isolada do restante da economia. É preciso lembrar que os locais sofrem influências das políticas macroeconômicas e também dependem de recursos externos. Por outro lado, não bastam as políticas macroeconômicas para garantir o desenvolvimento econômico, embora elas sejam necessárias e importantes para manter a estabilidade econômica e um clima macroeconômico estável, que são fatores necessários ao desenvolvimento econômico. Estas políticas têm um caráter demais agregado para dar respostas às diferentes situações e contextos territoriais. Sendo assim, é fundamental que o plano de desenvolvimento elaborado a partir do local esteja integrado com o nível macroeconômico, para que assim um seja considerado uma complementação do outro em busca de um único objetivo que é o desenvolvimento econômico.

Assim, enquanto a administração central trata do equilíbrio macroeconômico (inflação, taxa de juros, déficit público, etc) as administrações subnacionais (estaduais e municipais) podem atender às necessidades empresariais, bem como trabalhar na geração de emprego no âmbito local. Além disso, uma maior integração e distribuição de funções entre as diversas esferas de governo pode fazer com que os programas sociais tenham maior eficiência, visto que eles surgem a partir das necessidades existentes nos territórios e estas podem ser melhor identificadas através dos governos

locais. Isso propõe um funcionamento mais descentralizado das políticas públicas, com um maior grau de horizontalidade e capacidade de articulação com atores sociais, como sugere Llorens (2001, p. 93):

É nesse contexto que tem surgido, ao longo das duas últimas décadas, um conjunto variado de iniciativas locais de desenvolvimento, na busca de geração de atividades, da criação de empresas ou da geração de empregos através de:

- estímulo à inovação criativa e às realizações empresariais, a fim de facilitar, mediante uma arrojada política a partir da oferta, os microajustes necessários na atividade produtiva local;
- organização de redes de interdependência entre empresas e atividades ligadas aos mercados;
- impulso à diversificação produtiva baseada na diferenciação e na qualidade de produtos e de processos produtivos, assim como na melhor identificação da segmentação da demanda e da emergência de novas necessidades e mercados;
- valorização dos recursos endógenos existentes em cada território; e
- busca de novas fontes de emprego, deixando de lado o pressuposto tradicional que vincula a solução dos problemas do desemprego ou do subemprego à recuperação do crescimento econômico.

A gestão de iniciativas de desenvolvimento local mostra a necessidade de se cultivar uma nova mentalidade, deixando de lado a espera de subsídios e políticas assistencialistas por parte do governo central e investimento estrangeiro. Ao contrário, ganha importância a atuação dos atores, públicos e privados, a partir de seus próprios territórios estimulando o fortalecimento dos municípios.

Desta forma, considerando o desenvolvimento econômico como o resultado do esforço de toda sociedade e não apenas do planejamento do Estado Central, faz-se importante uma nova mentalidade sobre o tema, onde as ações a partir do território assumam um papel ativo. Neste sentido LLORENS (2001, p. 107) elenca pontos importantes para as estratégias de desenvolvimento local:

Entre os traços comuns da nova proposta de desenvolvimento local, destacam-se:

- atividades orientadas à promoção do potencial de desenvolvimento endógeno e não somente à captação de investimentos externos;
- importância da dimensão territorial da política tecnológica a fim de facilitar o fomento das potencialidades endógenas de cada zona;
- atenção prioritária às MPME's que permita induzir critérios de rentabilidade social e geração de emprego e renda entre a maioria da população e não somente se guiar pelos estreitos critérios da rentabilidade financeira imediata;
- garantia, às MPME's, do acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial no entorno territorial; e
- desenvolvimento de redes institucionais e acordos de cooperação e complementaridade territoriais na construção do entorno territorial inovador apropriado.

Na reflexão sobre o desenvolvimento econômico territorial não se deve confundir as unidades de análise econômica com as delimitações político-administrativas - estados e municípios -, visto que este tipo de delimitação marca até onde vai as ações de cada administração. Portanto, pode haver interação territorial que ultrapassa as fronteiras dos municípios ou estados. Isto posto, os municípios que compartilham um perfil produtivo similar podem colaborar na construção de um entorno institucional em comum, aproveitando ao máximo as economias de proximidade.

Os territórios são resultado da interação social entre os indivíduos. Aí estão presentes a cultura e a tradição da população construídas ao longo do tempo. Desta forma, o desenvolvimento econômico local – resultado dos processos políticos, sociais e culturais – deve ser construído de forma histórica, visto que o lugar tem uma influência ativa na vida das pessoas, ou seja, a materialidade, a infra-estrutura e os serviços públicos presentes em cada território fazem parte do bem-estar de seus habitantes. As pessoas se identificam com o território em que vivem, fazem uso dele e nele plantam suas raízes.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) ressalta que o desenvolvimento local não diz respeito somente à busca de crescimento econômico dos territórios, mas sim um processo que integra os atores produtivos locais, mercados e políticas públicas. Com isso busca-se a inovação na produção e administração, a diversificação do sistema produtivo e a criação de novas empresas e empregos no território, valorizando os recursos locais, bem como aproveitando melhor as oportunidades do dinamismo externo. Isso tendo em vista a compreensão do meio ambiente como um ativo necessário ao desenvolvimento e praticando a idéia de sustentabilidade para assegurar a disponibilidade dos recursos naturais às gerações futuras.

Resumindo, como destaca LLORENS (2001, p. 140):

Em sentido amplo, o desenvolvimento econômico local é o resultado de decisões e ações tomadas em três âmbitos distintos: de um lado estão as ações internas às empresas, tais como as decisões de investimento, a qualificação dos recursos humanos, o aperfeiçoamento da organização e da gestão empresarial, etc.; e de outro, as ações realizadas de forma associativa, como a criação de redes de empresas vinculadas entre si através de cadeias produtivas ou

pertencentes a setores conexos. E, finalmente, estão as relações existentes entre as empresas e o entorno territorial onde estas se encontram, uma vez que tal entorno deve facilitar o acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial e possuir os componentes de infra-estrutura de qualidade apropriados.

Como pode ser observado, esta nova concepção de buscar o desenvolvimento econômico dá bastante atenção e importância aos aspectos territoriais, à produção da pequena empresa, ao entorno territorial existente e à maior participação da gestão regional e municipal. Além disso, o território deixa de ser apenas um espaço que abriga as mais variadas atividades econômicas. Ao contrário, ele é visto como fator ativo na conquista do desenvolvimento. Da mesma forma, passam a ser valorizadas as relações entre os atores sociais, a parceria público-privada, as organizações sociais, além de aumentar a preocupação com o meio ambiente, buscando um desenvolvimento econômico sustentável.

2.2 - DESENVOLVIMENTO LOCAL DE MUNICÍPIOS RURAIS

Há pessoas que acreditam que todos os territórios terão que, obrigatoriamente, se urbanizarem. Ainda existe a crença de que o espaço rural tende a desaparecer, mais cedo ou mais tarde, tendo em vista a constante urbanização. Este pensamento também defende que um território é rural apenas momentaneamente, sendo a ruralidade uma situação anterior à urbanização. Contrariamente, VEIGA (2002) observa que nos países desenvolvidos as áreas rurais estagnadas são aquelas que não conseguiram explorar seus potenciais endógenos nem se conectar a outras áreas, e não aquelas que não conseguiram se urbanizar.

No Brasil o entendimento de urbanização é diferente de grande parte do mundo, no que diz respeito à densidade populacional. A OCDE considera rurais as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab/km². Já no Brasil toda sede de município é considerada urbana, independente de suas características funcionais ou estruturais. Segundo VEIGA (2004) muitos estudiosos definem que não poderiam se considerar urbanos os municípios muito pequenos, com menos de 20 mil habitantes. Se

fosse considerada tal regra, dos 5.507 municípios existentes no Brasil em 2.000, segundo o IBGE, seria considerada rural a população de 4.024 municípios, estes com menos de 20 mil habitantes em 2.000. Porém, não se pode negar que existem municípios com menos de 20 mil habitantes, cuja densidade demográfica é elevada. Diante disso, VEIGA (2004) cita uma pesquisa elaborada pelo IBGE, que visa apresentar a real estrutura dos municípios brasileiros. A conclusão a que se chegou foi que apenas 455 municípios brasileiros são legitimamente urbanos, onde se encontravam 57% da população brasileira em 2.000. Do restante dos municípios existentes em 2.000, tal pesquisa estimou que 567 municípios estavam em uma situação intermediária, não pertencendo ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. Os outros 4.485 municípios pertencem a um Brasil rural, pois estão situados em regiões rurais e têm características rurais, logo, seus espaços urbano e rural são interdependentes. Assim, de acordo com os critérios considerados na referida pesquisa, entende-se que só existem verdadeiras cidades em 455 municípios do Brasil urbano.

Isto foi dito para se perceber a importância de revalorizar o rural, bem como a necessidade de elaborar estratégias para desenvolver estes espaços, em vez de cultivar o pensamento a favor de sua extinção para dar lugar à completa urbanização. Ao contrário, deve ser levado em consideração que os municípios rurais também estão dotados de fatores e recursos endógenos que promovam seu desenvolvimento.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 28) considera como territórios rurais aqueles cujos "... critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Nesses territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados."

Nestes municípios rurais, como observa DESER (1997), a agricultura é o principal agente propulsor da economia. Porém, entre as administrações de pequenos municípios durante muitos anos se cultivou o pensamento que o ideal desenvolvimento a se adotar seria de atrair grandes indústrias para estas cidades. Com isso o setor

agrícola e as atividades provenientes do meio rural foram sendo esquecidas. Entretanto, a busca ao desenvolvimento econômico dos municípios considerados rurais se faz impulsionando e incentivando as atividades rurais, principalmente àquelas geridas no modo familiar, já que é este modelo de gestão das propriedades o mais presente nas pequenas propriedades dos municípios rurais. Desta forma, "... um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros." (DESER, 1997, p. 8)

No entanto, não se deve associar de uma forma exagerada o rural com as atividades agrícolas. Como observa o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), as áreas rurais são definidas por suas características espaciais, como o menor grau de transformação do ambiente natural quando se comparado com áreas urbanas, menor densidade populacional e maior peso dos fatores naturais. Dessa forma, não se pode esquecer que dentro destes territórios rurais não acontecem apenas atividades agrícolas, mas além destas, abre-se um grande leque de atividades rurais não-agrícolas.

Da mesma forma, VEIGA (2001) chama atenção para esta cada vez mais constante diversificação no meio rural. Lembra que as economias rurais, cada vez mais, estão deixando de ser dependentes apenas de atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras e minerais. O dinamismo delas é conseguido através da sua diversificação. Em muitos estabelecimentos agrícolas as habilidades empreendedoras constituem pequenas empresas, geralmente comerciais, artesanais ou agroindustriais, onde o setor terciário é muito mais decisivo que o primário. Ou seja, para se conseguir o desenvolvimento local rural é preciso estabelecer relações entre a agricultura e os setores secundário e terciário, além de incentivar o empreendedorismo a fim de trabalhar com os recursos endógenos de cada região.

Assim, DENARDI (2000, p. 5) faz uma distinção entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural:

O desenvolvimento agrícola se refere ao crescimento, modernização e dinamização da agricultura, enquanto setor produtivo, com uma melhor rentabilidade dos fatores empregados, aumento da produção e produtividade, resultando numa agricultura mais produtiva e diversificada, com custos marginais decrescentes. O desenvolvimento rural envolve o crescimento da produção, da renda e dos vetores de sua distribuição, via ocupações produtivas, impostos e investimentos produtivos, que realimentam o processo. Implica em uma melhoria generalizada das condições de vida e trabalho da população que habita o meio rural, com acesso aos bens e serviços sociais que devem ser garantidos aos cidadãos. Abrange ainda a formação e desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social, pública e privada, de tal forma que os indicadores sociais de qualidade de vida sofrem continuas elevações.

Nas propriedades rurais também se exercem atividades externas à agropecuária, fazendo-as adquirirem uma característica nova: a pluriatividade, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Esta é a realidade da maioria dos agricultores familiares. Estes dificilmente se especializam, buscam na diversidade a flexibilidade para alterar a estratégia de sobrevivência.

Desta forma, para que as estratégias de desenvolvimento dos municípios rurais tenham êxito, é necessário um incentivo a outras atividades econômicas a fim de manter o homem no campo, buscando o aumento da renda e a geração de emprego local. Estas atividades são originárias de um ambiente rural, mas não se restringem a atividades agrícolas.

É sobre elas que José Graziano da Silva trata em seu trabalho intitulado como O Novo Rural Brasileiro. Al ele destaca as mudanças que estão ocorrendo no meio rural nos últimos tempos, bem como os motivos que estão levando à estas mudanças. Ressalta que nos últimos anos o trabalho assalariado agrícola vem diminuindo e os rendimentos das atividades agrícolas continuam a ser os mais baixos. Estes dois elementos transformam as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres. São justamente estas famílias que continuam a migrar para as periferias das cidades, uma vez que a remuneração obtida com as atividades agrícolas é insuficiente para mantê-las vivendo no meio rural com condições dignas de vida. Desta forma, "a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é portando, a única estratégia possível capaz de simultaneamente, reter essa população rural pobre nos

seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda.” (SILVA, 1997, p. 68)

Este autor destaca algumas atividades importantes ao desenvolvimento de municípios rurais: a instalação de agroindústrias, a fim de aumentar o valor agregado da produção agropecuária local; criação atividades de lazer, como pesque-pagues, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana; construção de condomínios rurais nos locais próximos aos grandes centros urbanos, para um segmento da classe média alta; desenvolvimento de atividades voltada à preservação ambiental, que sejam exploradas pelo eco-turismo; além de atividades urbanas que, com o desenvolvimento de áreas rurais, começam a ser demandadas: motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, etc.

Acrescido ao desenvolvimento destas novas ocupações, SILVA (1997, p. 69) chama atenção para a carência de serviços básicos nos pequenos municípios:

A falta de infra-estrutura social básica nesses locais onde as atividades giram em torno da agropecuária, transformaram esses povoados apenas num passo intermediário do êxodo em relação as nossas metrópoles. Por isso é fundamental que também nessas pequenas e médias cidades do nosso interior se implemente a estratégia da criação de empregos não agrícolas, dotando-as de infra-estrutura adequada (luz, água, esgoto, saneamento básico, creches, escolas, hospitais, etc).

Este processo de desenvolvimento deve buscar ações que visem o desenvolvimento do município em todos os sentidos: na produção, industrialização, educação, saúde, transporte, lazer, etc, para que a população como um todo tenha um aumento na qualidade de vida.

Outro aspecto importante ao desenvolvimento econômico dos municípios rurais diz respeito ao acesso ao conhecimento e informações. Estes não devem ser restritos a alguns setores econômicos ou grupos sociais. A sua generalização é conseguida através da educação, da qualificação e capacitação da população que se encontra nos territórios rurais.

ABRAMOVAY (2000) enfatiza que o maior desafio para que as estratégias de desenvolvimento local tenham êxito é a melhoria do nível educacional existente no meio rural. Ressalta que existe uma separação entre o trabalho rural e o conhecimento ao lembrar do costume existente nas propriedades rurais de permanecer na propriedade paterna aquele filho com menos aptidão para o estudo. Os mais empreendedores migram para áreas urbanas, desprendendo-se do meio rural. Desta forma, fica cada vez mais difícil o desenvolvimento destas regiões, já que para se alcançar este objetivo é indispensável incorporar inovação e um espírito criativo a fim de explorar as escassas oportunidades que aí aparecem. A educação no meio rural deve dar destaque ao conhecimento e aprimoramento das práticas e técnicas produtivas. Isso é indispensável ao desenvolvimento local, já que geralmente são os agricultores que representam a maioria dos atores protagonistas do desenvolvimento, pois “exatamente por não estarem dotados das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (da educação, da formação, do crédito, da informação), os agricultores não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial. É a esta situação que suas lideranças e os técnicos que os assessoram têm a missão de se contrapor.” (ABRAMOVAY, 2000, p. 389) Por outro lado, a aquisição de conhecimento também modifica a visão das próprias pessoas que habitam o meio rural. Se elas mesmas não deixarem de ver o campo como lugar de atraso e estagnação, as chances de iniciativas inovadoras serão as mínimas.

Finalizando, é muito importante levar em consideração as peculiaridades de cada território. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) observa que cada território tem suas características próprias. Da mesma forma, os territórios rurais são heterogêneos, com características próprias que os distinguem dos demais. Assim, não é possível aplicar processos e estratégias de desenvolvimento idênticos nos mais variados territórios rurais. Especialmente num país como o Brasil, com tamanha extensão e diversidade, é indispensável que sejam adotadas estratégias de desenvolvimento específicas para cada território, para que se consiga atender aos objetivos e necessidades dos atores locais, de forma que sejam utilizados instrumentos adequados para buscar possíveis soluções aos problemas locais.

3. ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE CONTENDA

O conceito de desenvolvimento mais utilizado atualmente não é aquele em que se verifica apenas um alto crescimento econômico. Neste conceito também estão incorporados fatores sociais como: educação, emprego, saúde, etc. Na perspectiva de quantificar o acesso da população a estes serviços foi criado um Índice composto por três variáveis que medem a longevidade, a renda e o nível educacional. Este Índice visa mensurar o grau de desenvolvimento de um local determinado: ele é chamado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quando este é medido no âmbito municipal é chamado de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Tal Índice é de grande utilidade no estudo sobre um território, pois para se formular estratégias de desenvolvimento econômico local é preciso, primeiramente, conhecer o território em questão, elaborando um diagnóstico a partir da observação de seus dados estatísticos.

Desta forma, neste capítulo será feito o levantamento dos dados do município de Contenda, e, depois da observação de alguns dados relevantes, serão verificadas as variáveis do IDH-M, as quais serão comparadas com os municípios vizinhos que possuem uma base econômica semelhante – Balsa Nova, Lapa e Quitandinha – e posteriormente analisadas.

Em 1895 colonos alemães e poloneses fundaram perto do rio Iguaçu, em território do Município da Lapa, uma colônia que recebeu o nome de Contenda. No ano de 1952 esta colônia foi desmembrada do município da Lapa, sendo elevada à categoria de município, segundo afirma PARANÁ (2006). O povoamento de Contenda foi efetuado, em sua maioria, por imigrantes poloneses. Estes se dedicaram, principalmente, a atividades agrícolas. A primeira atividade econômica deste município foi a exploração da erva-mate. A seguir, foram sendo efetuadas derrubadas da mata para começar a produzir os produtos agrícolas que até hoje são cultivados.

Segundo dados do IBGE (2005), Contenda é um município pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, distante da capital paranaense cerca de 49 km. De acordo com a mesma fonte, a população censitária contendense em 2000 era de 13.241 habitantes, com uma taxa de crescimento de 1,41% ao ano. Já a população estimada

para o ano de 2.005 seria de 14.494 habitantes, distribuídos numa área territorial de 299 km².

Ainda segundo o IBGE, no ano de 2000 a maioria da população contendense se encontrava na zona rural, verificando-se neste município uma taxa de urbanização de apenas 47,73%. Esta taxa é considerada baixa quando se comparada à do Paraná, que era de 81,41% no mesmo ano e à do Brasil que se encontrava num nível de 81,2%. Observando estes dados constata-se que Contenda é um município ainda pouco urbanizado, sendo considerado um município rural.

Quanto aos índices de serviços básicos, Contenda apresenta indicadores abaixo da média paranaense, embora não haja muita diferença entre eles. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, 82,4% das pessoas usufruíam de água encanada, a energia elétrica beneficiava 94,8% da população e 96% das pessoas que viviam na área urbana tinham coleta de lixo. No entanto, cabe salientar que estes dados são contados apenas entre a população urbana, não há mensuração destes serviços básicos no meio rural. Lembrando que no mesmo ano a maioria da população contendense se encontrava no meio rural, pode-se considerar que estes índices são um pouco mais baixos.

No Paraná estes indicadores estavam um pouco melhores no ano de 2000, comparando-se com os de Contenda, sendo que 94,8% das pessoas possuíam água encanada, a energia elétrica estava presente entre 97,7% da população e a coleta de lixo beneficiava 97,1% das pessoas que viviam em áreas urbanas, segundo o IBGE.

Da mesma forma, observando os municípios vizinhos à Contenda, percebe-se que não há uma grande diferença entre estes indicadores. Em 2000, Quitandinha tinha índices um pouco abaixo do município de referência, onde 78% da população possuía água encanada, 91,8% possuía energia elétrica e houve coleta do lixo de 81,4% da população urbana, segundo o IBGE.

Os outros municípios vizinhos de Contenda – Balsa Nova e Lapa – possuíam, no mesmo ano, indicadores melhores, contudo não há grande diferença entre eles. Segundo o IBGE, os índices de Balsa Nova eram os seguintes: 85,5% da população possuía água encanada, 98,3% possuía energia elétrica e 98,1% tinha coleta de lixo.

Em Lapa 85,8% das pessoas tinha água encanada, 94,8% tinha energia elétrica e 98,4% da população urbana contava com a coleta de lixo.

Através da tabela abaixo pode-se verificar o nível do IDH-M do município de Contenda no ano de 2000, bem como a comparação deste indicador com os municípios selecionados e com a média estadual.

TABELA 01 – NÍVEL DE IDH-M DA MÉDIA PARANAENSE E MUNICÍPIOS SELECIONADOS – 2000

MUNICÍPIO E MÉDIA PARANAENSE	IDH-M
Contenda	0,761
Quitandinha	0,715
Lapa	0,754
Balsa Nova	0,781
Média Paranaense	0,787

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Como pode ser observado nos dados acima, no ano de 2000 o IDH-M de Contenda era de 0,761. Este se encontrava acima do verificado em Quitandinha e Lapa, cujo valor era de 0,715 e 0,754, respectivamente. Porém este indicador estava abaixo da média paranaense, cujo valor era de 0,787, como também abaixo do observado no município de Balsa Nova, que era de 0,781.

A seguir será analisado isoladamente cada um dos componentes do IDH-M do município de Contenda: educação, longevidade e renda, os quais serão comparados com os municípios selecionados e com a média paranaense.

3.1 - EDUCAÇÃO:

Em Contenda, segundo o Departamento de Educação Municipal, existem em 2006 11 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, sendo 8 na área urbana e 3 na área rural. Nestas escolas estão matriculadas 1.855 crianças. Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação atualmente existem 3 colégios de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e 1 colégio de Ensino Médio, sendo que no

Ensino Fundamental estão matriculados 1.054 alunos e no Ensino Médio existem 504 alunos matriculados no ano de 2006. Isso mostra uma grande disparidade entre os níveis de ensino. Além disso, as pessoas estão tentando recuperar os anos de estudo através de Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos – Cebeja, no qual estão matriculados 201 alunos.

Na tabela abaixo podem ser observados os dados referentes à educação do município de Contenda, dos municípios selecionados e da média estadual em 2000.

TABELA 2 – NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS) DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA PARANAENSE – 2000

MUNICÍPIO	IDH-M EDUCAÇÃO	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	% COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO	TAXA DE ANALFABETISMO
Contenda	0,852	4,6	80,7	9,1
Quitandinha	0,825	3,8	85,3	13,3
Lapa	0,863	5	74,3	9
Balsa Nova	0,869	4,9	76,6	9
Média	0,879	6	63,4	11,7
Paranaense				

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

De acordo com os dados da tabela acima, em Contenda o indicador referente à educação era 0,852, no ano de 2000. Este reflete a situação em que se encontrava a educação no município. A população adulta tinha, em média, 4,6 anos de estudo. Este baixo índice é comprovado quando se observa que 80,7% da população adulta tinha menos de 8 anos de estudo, e a taxa de analfabetismo era 9,1%.

Estes índices, exceto a taxa de analfabetismo, estavam abaixo da média paranaense, a qual se apresentava da seguinte forma no ano de 2000: a média de anos de estudo da população adulta era de 6 anos, o índice de analfabetismo era 11,7% e a proporção desta população com menos de 8 anos de estudo era de 63,4%, fazendo com que o indicador do IDH-M referente à educação tivesse uma média estadual de 0,879, um pouco acima daquela observada em Contenda.

Comparando a educação de Contenda com seus municípios vizinhos, percebe-se que apenas em Quitandinha este indicador estava menor no ano de 2000. Aí este componente do IDH-M tinha um valor de 0,825. A proporção de adultos com menos de 8 anos de estudo era de 85,3%, a média de anos de estudo era 3,8 anos e a taxa de analfabetismo era 13,3%.

Por outro lado, os municípios que estão sendo comparados com Contenda, apresentavam indicadores educacionais melhores que este em 2000. Em Lapa a educação participava do IDH-M com um nível de 0,863. Neste município a percentagem de pessoas adultas com menos de 8 anos de estudo era de 74,3%, a média de anos de estudo era de 5 anos e a taxa de analfabetismo era 9%. Em Balsa Nova 0,869 era o indicador da situação da educação no ano de 2.000, onde 76,6% das pessoas adultas tinham menos de 8 anos de estudo, tendo uma média de 4,9 anos de estudo e a taxa de analfabetismo era 9%.

3.2 - LONGEVIDADE:

No que se refere à longevidade o município de Contenda apresentava em 2000 um bom desempenho, se comparado com a média estadual, como pode ser visto na tabela abaixo.

TABELA 3 – DADOS REFERENTES À LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA ESTADUAL – 2000

MUNICÍPIO	IDH-M LONGEVIDADE	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ¹	TAXA DE FECUNDIDADE ²	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (ANOS)
Contenda	0,768	16,5	2,7	71,1
Quitandinha	0,695	26,4	2,8	66,7
Lapa	0,716	23,3	2,7	68
Balsa Nova	0,813	11,7	2,3	73,8
Média Paraná	0,747	20,6	2,3	69,8

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(1) Medida para cada 1.000 nascidos vivos.

(2) A unidade de medida é filhos por mulher

Em Contenda o indicador referente à longevidade no ano de 2000 era 0,768, a taxa de mortalidade infantil era de 16,5 para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de fecundidade era de 2,7 filhos por mulher e a expectativa de vida alcançava o nível de 71,1 anos.

O indicador de longevidade na média paranaense, no ano de 2000, se apresentava com um nível de 0,747, sendo que a taxa de mortalidade infantil era de 20,6 para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de fecundidade era de 2,3 filhos por mulher e a expectativa de vida era de 69,8 anos.

Da mesma forma, buscando os indicadores dos municípios que estão sendo comparados com Contenda, pode-se perceber que apenas Balsa Nova estava com um melhor índice de longevidade que aquele encontrado em Contenda. Lá o indicador de longevidade foi de 0,813, sendo que a mortalidade infantil era de 11,7 para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de fecundidade era de 2,3 filhos por mulher e a expectativa de vida era de 73,8 anos, em 2000.

Já Quitandinha e Lapa apresentavam em 2000 um indicador menor que aquele verificado em Contenda. No primeiro município o indicador referente à longevidade era de 0,695, sendo que a mortalidade infantil era de 26,4 para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de fecundidade era de 2,8 filhos por mulher e a expectativa de vida alcançava os 66,7 anos. Já o município de Lapa apresentava um indicador de longevidade equivalente a 0,716, sendo que a mortalidade infantil era de 23,3 para cada 1.000 nascidos vivos, a taxa de fecundidade era de 2,7 filhos por mulher e a expectativa de vida era de 68 anos.

3.3 - RENDA:

O indicador referente à renda é o componente mais baixo do IDH-M de Contenda, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 4 – NÍVEL DE RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS E DA MÉDIA ESTADUAL – 2000

MUNICÍPIO	IDH-M RENDA	RENDA PER CAPITA (R\$)	% DE POBRES ¹
Contenda	0,663	207,60	31,1
Quitandinha	0,625	164,40	48,5
Lapa	0,683	234,00	37
Balsa Nova	0,662	205,90	37
Média Paranaense	0,736	321,40	23,7

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(1) Pessoas com renda per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente a meio salário mínimo vigente no ano de 2000.

Observando os dados apresentados, Contenda apresenta um IDH-M referente a renda num nível de 0,663 em 2000. Já a renda per capita era de R\$207,60 e a proporção de pobres era 31,1% (proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente a meio salário mínimo vigente no ano de 2.000).

Este índice se encontrava abaixo da média paranaense, cujo indicador era de 0,736, onde a renda per capita era de R\$321,40 e a proporção de pobres era 23,7%, em 2000.

Verificando os municípios vizinhos percebe-se que Contenda tinha um índice de renda um pouco melhor que Quitandinha e Balsa Nova. Em 2000 o primeiro município apresentava este índice num nível de 0,625, onde a renda per capita era R\$ 164,40 e a proporção de pobres era 48,50%. Já em Balsa Nova este índice era 0,662, praticamente igual ao de Contenda. Lá a renda per capita era R\$ 205,90 e a proporção de pobres era 24,70%.

Por outro lado, o município de Lapa apresentava no ano de 2000 um índice de renda de 0,683, sendo que a renda per capita era R\$ 234,00 e a proporção de pobres era 37%.

Como os dados acima mostram, Contenda e os três municípios que estão sendo comparados com este têm uma renda per capita inferior àquela verificada na média estadual. Além disso, este índice é o que está trazendo mais problemas ao nível de

IDH-M destes municípios. Portanto, como o objetivo do presente trabalho é delinear soluções para os problemas de Contenda, a seguir será feito um levantamento de seus dados econômicos para detectar as possíveis causas desta baixa renda per capita.

O PIB do município de Contenda no ano de 2.005 foi de R\$ 69.181.929,00, segundo dados da Prefeitura Municipal. A porcentagem de participação de cada setor no total do PIB foi a seguinte: a agropecuária teve uma participação de 38,58%, a indústria era responsável por 21,57% e os serviços abrangiam 39,85% do PIB neste mesmo ano. Sendo assim, pode-se perceber que, a agropecuária quase empata com o setor de serviços na participação percentual da geração de riquezas em Contenda. Destaca-se, desta forma, a grande participação do setor primário na economia do município.

Neste município predomina a pequena propriedade, pois segundo dados da EMATER (2006) a grande maioria das propriedades agrícolas do município possui menos de 10 ha, somando um total de 1.100 propriedades agrícolas. Entre 11 ha e 50 ha tem 450 propriedades agrícolas, no intervalo de 51 ha a 100 ha se encontram 50 propriedades e apenas 10 propriedades possuem mais de 100 ha. A maioria absoluta destas propriedades – principalmente as pequenas – pertence a agricultores familiares, onde a produção e a gestão são feitos pela família proprietária, a contratação de mão-de-obra é observada apenas esporadicamente e de forma temporária, na época da colheita e/ou plantio. Isto é, a maioria das propriedades agrícolas existentes no município de Contenda não é geradora de postos de trabalho efetivo para a mão-de-obra contratada formalmente.

Além do porte pequeno das propriedades agrícolas, ainda há uma grande ociosidade de terra. A área agrícola produtiva do município é de 24.044 ha, porém só é ocupada uma área equivalente a 17.766 ha com os cultivos dos produtos agrícolas. Desta forma, ficam ociosos 6.278 ha. Este município tem possibilidade de aumentar a quantidade de produtos cultivados aí, expandindo a área cultivada.

Quanto à questão de associação, pode-se considerar que neste município os agricultores têm mostrado bastante interesse. Do total de agricultores familiares, 1.524 famílias estão associadas no Sindicato de Trabalhadores Rurais, de acordo com dados

do próprio sindicato. No entanto não são muitos os serviços prestados por esta instituição. Segundo seu presidente, o sindicato dá bastante apoio aos agricultores conseguirem crédito por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).. Além disso, o serviço mais relevante prestado por esta instituição aos agricultores é a garantia da aposentadoria destes trabalhadores. Através do sindicato eles conseguem uma confirmação da atividade rural, exigida pela Previdência Social para poderem usufruir seus benefícios. Na tabela abaixo está exposto a evolução da concessão de crédito aos agricultores através do PRONAF.

TABELA 5 – DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO VIA PRONAF NO MUNICÍPIO DE CONTENDA, DE ACORDO COM A MODALIDADE – 2000/2006

ANO	CUSTEIO		INVESTIMENTO	
	Nº de Contratos	R\$ (1,00)	Nº de Contratos	R\$ (1,00)
2000	154	226 014,00		
2001	306	384 419,70	26	374 800,00
2002	412	754 469,91	45	265 000,00
2003	501	1 353 375,49	37	378 329,97
2004	602	1 760 568,72	52	586 390,19
2005	622	2 632 834,59	45	544 141,98

FONTE: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Como pode ser observado na tabela 6, a disponibilidade de crédito teve um aumento significativo no período entre 2000 a 2005. O total disponibilizado para investir em custeio aumentou mais de dez vezes, passando de pouco mais de R\$ 200 mil no ano de 2.000 para mais de R\$ 2,6 milhões em 2005. O número de contratos também aumentou bastante. No ano de 2000 apenas 154 agricultores tinham acesso ao crédito para custear sua produção, ao longo dos anos este número aumentou gradativamente, observando em 2005 a efetivação de 622 contratos. Os valores destinados ao investimento (compra de máquinas e equipamentos) também tiveram importantes aumentos, embora em proporção menor que o custeio. No ano de 2001 26 agricultores tinham acesso a quase R\$ 400 mil. Depois da oscilação do número de contratos ao

longo dos 5 anos analisados, chegou-se em 2005 com 45 agricultores beneficiados, onde o valor disponibilizado foi de R\$ 544 mil.

De acordo com o presidente do sindicato, houve grande avanço na disponibilidade de crédito via PRONAF nos últimos anos. Porém ainda existem agricultores que não têm acesso a este tipo de serviço. Assim, é desejável um aumento no volume de crédito para atender todos os agricultores que precisam.

Além do sindicato, uma outra forma de associação que os agricultores podem buscar é uma cooperativa. No município de Contenda a Cooperativa Bom Jesus reúne 450 associados, segundo dados próprios. Seus principais serviços aos agricultores são a venda de insumos agrícolas e comércio de cereais. Anualmente a cooperativa recebe de seus associados 22.800 ton de milho, representando 44% da produção do município, 9.000 ton de soja e 1.200 ton de feijão, que representa 24% do que é produzido em Contenda. Estes produtos são comercializados sem nenhum tipo de transformação industrial, a única contribuição da cooperativa é efetuar o recebimento, secagem, armazenamento e comércio destes grãos. Salienta-se que a quantidade recebida de soja é também referente àquela vinda dos municípios vizinhos, já que em Contenda esta produção é muito pequena.

Uma das maiores vantagens dos associados, conforme aponta o gerente da cooperativa, é a assistência técnica prestada pelos profissionais da área. O engenheiro agrônomo visita as propriedades e as lavouras, também os técnicos agrícolas prestam assistência técnica e dão recomendações no ato da venda dos insumos agrícolas. Desta forma há um acompanhamento da lavoura desde o preparo do solo até a colheita. Além disso, são feitas, frequentemente, palestras sobre novas tecnologias, novos insumos, novas técnicas de cultivo. Isso é feito para tentar aumentar a eficiência e produtividade dos agricultores e amenizar o maior problema da agricultura familiar que, segundo a cooperativa, é a baixa renda, visto que o preço dos produtos agrícolas é muito baixo, trazendo uma certa insegurança na geração de renda.

Na tabela abaixo, pode-se perceber algumas características da agricultura contendense.

TABELA 6 – QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE CONTENDA – SAFRA 2003/2004

PRODUTO	MUNICÍPIO DE CONTENDA				MAIOR PRODUT. ESTADUAL ²	PRODUT. MÉDIA ESTADUAL
	Produção (t)	VBP ¹ (mil R\$)	Área Colhida (ha)	Produtiv (ton/ha)	(ton/ha)	(ton/ha)
Milho	51 700	13 338	9 400	5,5	9,4	5,6
Batata	28 176	11 553	1 801	14,4	32,5	19,5
Feijão	5 013	5 214	3 410	1,4	2,5	1,3
Cebola	4 235	1 101	350	12,1	29	13,6

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Valor Bruto da Produção

(2) Dado referente ao município que possui maior produtividade neste produto no Paraná

Na agricultura, de acordo com os dados da EMATER (2006), as principais culturas no município de Contenda são: milho, batata, feijão e cebola. Segundo a SEAB/DERAL, na safra 2003/2004, a maior produção foi de milho, sendo produzidas 51.700 ton, cujo valor da produção era de R\$ 13.338.000,00, numa área plantada de 9.400 ha. A produtividade média desta cultura era de 5,5 ton/ha. Esta produtividade está bem abaixo da encontrada no melhor município paranaense nesta cultura. Em Bom Sucesso do Sul a produtividade foi de praticamente 9,4 ton/ha de milho na safra 2003/2004. Da mesma forma, a produtividade média paranaense, cujo valor é 5,6 ton/ha, estava acima da verificada em Contenda.

A cultura da batata se apresentou em segundo lugar em quantidade produzida e área plantada. Na safra 2003/2004 foram produzidas 28.176 ton de batata. Por outro lado, a cultura deste produto apresentava um maior valor agregado que os demais, cujo valor da produção era de R\$ 11.553.457,00, numa área plantada de 1.801 ha. Sua produtividade média foi de aproximadamente 14,4 ton/ha. A maior produtividade de batata no Paraná estava em Foz do Jordão, conseguindo-se colher 32,5 ton/ha nesta mesma safra. A produtividade média estadual foi de 19,5 ton/ha. Dai pode-se perceber que, embora conhecida como a Capital da Batata, Contenda apresentava uma produtividade abaixo da média estadual e menor que a metade do município mais produtivo.

O feijão aparecia em terceiro lugar em quantidade produzida na safra 2003/2004, com 5.013 ton, cujo valor da produção era R\$ 5.213.520,00, numa área cultivada de 3.410 ha. Esta cultura teve uma produtividade média de 1,4 ton/ha. Da mesma forma que as outras culturas, o feijão teve uma produtividade abaixo da observada no melhor município paranaense. Em Carambei, município paranaense mais produtivo nesta cultura, colheu-se em média 2,5 ton/ha na safra 2003/2004. Esta é a única cultura que a produtividade contendense apareceu acima da média estadual, cujo valor era 1,3 ton/ha.

Finalmente a cultura da cebola representava na safra 2003/2004 uma quantidade de 4.235 ton, onde o valor da produção era de R\$ 1.101.015,00, numa área plantada de 350 ha. Sua produtividade média foi de 12,1 ton/ha. Esta produtividade também estava bem abaixo daquela encontrada em Wenceslau Braz, município que apresentou melhor produtividade nesta safra, que foi de mais de 29 ton/ha na safra de 2003/2004. Da mesma forma, a média de produtividade estadual, de 13,6 ton/ha, estava acima da encontrada em Contenda.

Em pesquisa de campo a técnicos do setor, o agrônomo da EMATER local aponta que as causas desta baixa produtividade seriam: Baixa fertilidade do solo devido ao uso inadequado de insumos agrícolas; relevo fortemente ondulado, dificultando o uso de grandes equipamento agrícolas; falta de políticas públicas para incentivar a produção dos pequenos agricultores e a descapitalização de muitos produtores que possuem recursos para produzir de uma forma mais moderna, assim produzem com técnicas rudimentares, até mesmo sem usar nenhum tipo de fertilizante.

Por sua vez, o gerente da cooperativa, além de concordar com a opinião da EMATER, afirma que a agricultura contendense está muito carente de assistência técnica. Isso faz com que os agricultores muitas vezes não usem nenhum tipo de fertilizante, plantem sementes de vários anos anteriores, sem nenhum tipo de preparo, técnicas de plantio inadequadas que comprometem a produção da planta e causam erosão do solo. Ainda, quando estes agricultores usam algum tipo de fertilizante, o fazem de forma errada. Buscam produtos mais baratos, mas que não tem a mesma

eficácia que os indicados. Além disso, usam quantidades menores que as indicadas, prejudicando o resultado final.

Já para o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, os produtos cultivados em Contenda propiciam ao agricultor um lucro muito pequeno. Além disso, segundo ele, há uso indevido do solo, como culturas sem a utilização de sistema de rotação de plantio. Além destes, o maior problema da agricultura de Contenda, segundo o presidente do sindicato, é a forma de comercialização dos produtos agrícolas. Estes são vendidos sem nenhum tipo de transformação industrial. Ora não é incorporado valor aos produtos primários para melhorar o preço de comercialização. Por outro lado, o preço dos insumos necessários à produção não segue a mesma lógica dos produtos agrícolas. Grande parte dos insumos é fabricada por empresas multinacionais, ou seja, seu preço é cotado mundialmente, ficando muitas vezes demais elevado quando comparado com os produtos agrícolas da região. De acordo com o presidente do sindicato, nas conversas com os agricultores a maior reclamação é justamente esta disparidade de preço, ou seja, produtos agrícolas com baixo preço e insumos com preços elevados. Além disso, grande parte do lucro, segundo ele, fica com os compradores destes produtos que são os intermediários entre os agricultores e o mercado consumidor.

Analisando o comércio e indústria de Contenda pode-se perceber estes estão voltados para a agricultura local e dependem desta para sobreviver. Segundo dados da agência do trabalhador de Contenda, existem no município cerca de 130 estabelecimentos empresariais, considerando os comerciais, industriais e de prestação de serviços. Salienta-se que grande parte destes estabelecimentos é vinculada à agricultura: lojas de insumos agrícolas, oficinas especializadas em equipamentos agrícolas, lavadeiras de batata, comerciantes dos demais produtos agrícolas, dentre outros. Até a maior parte das contas bancárias e aplicações financeiras efetuadas nas três agências da cidade é de origem dos agricultores, segundo gerentes destas agências bancárias.

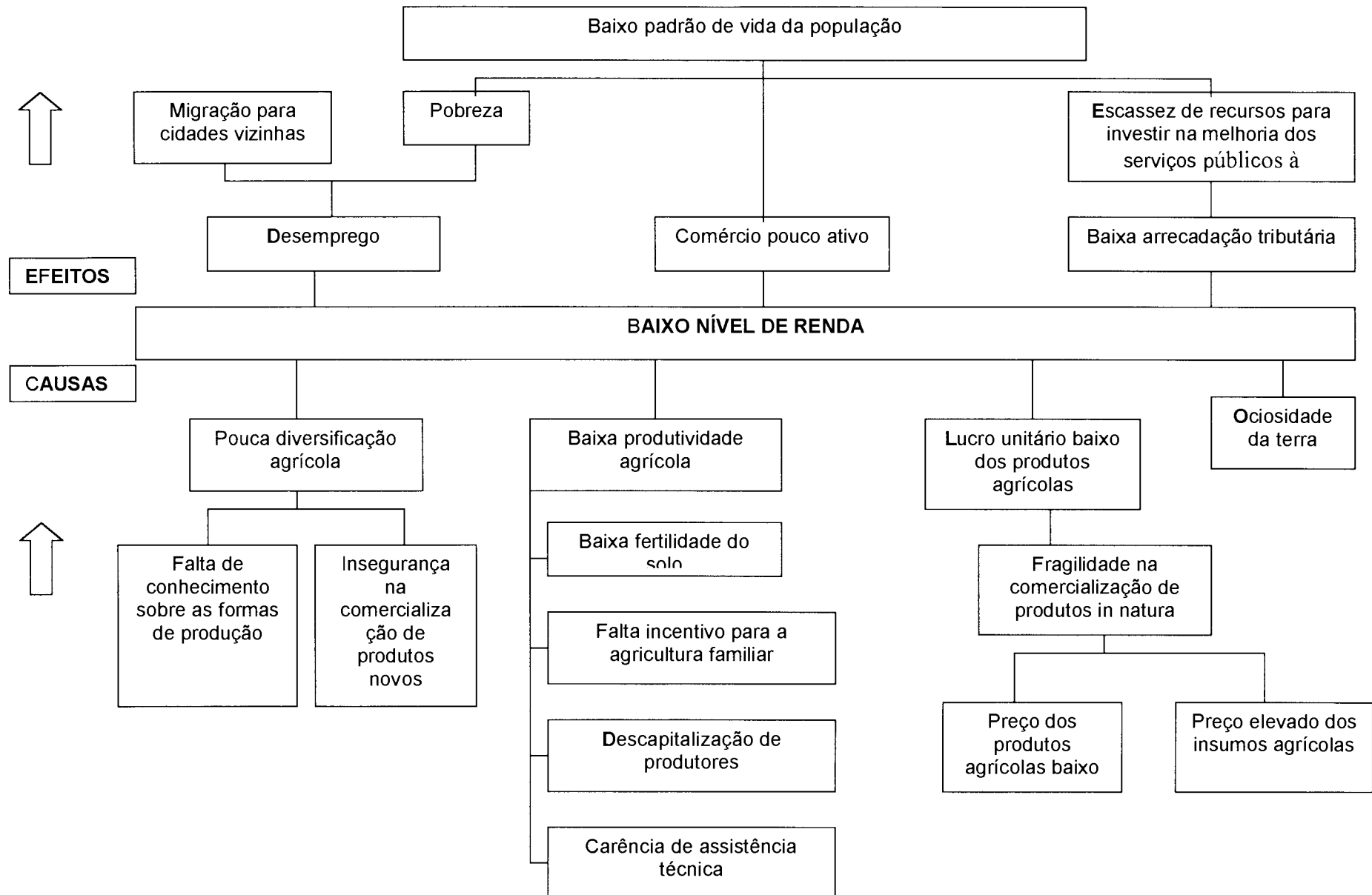
A área comercial e industrial deste município não é uma grande fonte de geração de postos de emprego. Segundo a agência do trabalhador, cerca de 80% dos

estabelecimentos empresariais existentes aí são Microempresas familiares, ou seja, sua gestão e trabalho são feitas pelos membros da família proprietária. Estas empresas não contratam mão-de-obra, salvo em épocas esporádicas onde se percebe uma maior procura por tais empresas. Esta baixa oferta de empregos pode ser percebida nos dados do IBGE, onde em 2.004 a População Economicamente Ativa (PEA) do município de Contenda era de 6.904 pessoas e o número de pessoas ocupadas era 6.177, mas de acordo com estatísticas do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) o número de empregos formais ofertados em Contenda no ano de 2.004 era de 1.471. Este dado é confirmado pela agência do trabalhador local, salientando que atualmente este número deve estar um pouco abaixo do que o verificado em 2.004. No entanto a agência não possui um dado preciso, por isso considera-se aquela contagem do MTE. De acordo com estes dados, observa-se que as empresas de Contenda ocupam formalmente apenas 21,3% da mão-de-obra existente no município.

Diante deste baixo índice, as pessoas buscam empregos nas cidades vizinhas, as mais procuradas são Araucária e Curitiba, por serem municípios com uma base econômica diferente, mais industrializados, com mais ofertas de emprego. A proximidade de Contenda com estes municípios facilita o deslocamento da maioria das pessoas em busca de empregos. Outro fato relevante é a grande presença do emprego informal. Como a economia é de base agrícola, esta atividade é exercida por profissionais autônomos e ainda ocupa mão-de-obra de bóias-frias, ambas as categorias não entram nas estatísticas de emprego formal.

A seguir será apresentada a árvore de problemas² para uma melhor visualização da realidade de Contenda.

² Baseada na Metodologia do Marco Lógico. Para maiores informações consultar ORTEGÓN, E. et alli. Metodologia dei marco lógico para planificacion, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas.



Frente a esta realidade do município de Contenda, pode-se perceber que o maior problema é o baixo nível da renda per capita, advinda de uma economia de base agrícola. Desta forma é necessário buscar formas de melhorar a renda, bem como os outros indicadores componentes do IDH-M para que a população possa usufruir um padrão de vida mais elevado, adquirindo melhores condições sócio-econômicas. Para tanto é preciso estimular as atividades rurais, que mostram-se como base econômica deste município, como também buscar atividades econômicas em potencial para que, a partir delas sejam delineadas estratégias de desenvolvimento local. Este é o tema central do próximo capítulo.

4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O MUNICÍPIO DE CONTENDA

Conforme verificado no capítulo anterior, Contenda é um município rural, cuja base econômica é a agricultura familiar. Ou seja, as outras atividades econômicas – comércio, indústria e serviços – do município têm forte influência do setor agrícola.

Porém, de acordo com a análise dos dados na seção anterior, a agricultura de Contenda se apresenta como uma atividade de baixa produtividade. Os principais produtos locais não são cultivados com uma maximização na produção e, por isso, não trazem um bom rendimento aos produtores. Como o dinamismo da economia contendense depende fundamentalmente da agricultura, a renda per capita municipal se apresenta num baixo nível, contribuindo para que o IDH-M seja baixo, cujos reflexos são diretamente sentidos pela população local.

Ora, como preconiza a idéia de desenvolvimento local, é importante estimular as potencialidades econômicas do município em questão. Assim sendo, há necessidade de voltar a atenção à agricultura de Contenda, buscando formas de ativar e melhorar esta atividade econômica. Por isso, neste capítulo busca-se a formulação de estratégias que visem solucionar tais problemas para que a economia municipal sofra alterações positivas, fazendo com que a população como um todo adquira uma melhor qualidade de vida e bem-estar social.

A baixa produtividade agrícola de Contenda tem várias causas, como as apontadas no capítulo 2: infertilidade do solo, uso de fertilizantes e defensivos agrícolas de forma inadequada, técnicas de plantio inadequadas, produtores descapitalizados que não têm condições de investir adequadamente na produção, falta assistência técnica e de políticas públicas para incentivar o pequeno agricultor.

O problema da baixa fertilidade do solo pode ser solucionado pelo conhecimento das carências que este apresenta. A análise das condições do solo é imprescindível para que se saiba quais são suas deficiências e quais são os fertilizantes e produtos mais adequados e necessários. Segundo o agrônomo da EMATER a prefeitura distribui calcário aos agricultores para corrigir o problema da acidez do solo. Porém, como ele

observa, esta distribuição seria mais eficaz se as condições e reais necessidades do solo local fossem conhecidas. Pois muitas vezes a maior necessidade do solo não é de calcário, ou ainda quantidade usada pode não ser a ideal. Mas o solo pode estar bem mais carente de outros nutrientes, e essa carência só pode ser detectada através de uma análise.

Ainda segundo este agrônomo, a maior dificuldade do agricultor fazer uma análise do solo é seu custo. Diante do grande número de despesas necessárias na produção, o agricultor subestima a importância desta prática, o que o leva muitas vezes a usar produtos errados e em quantidade inadequada.

Desta forma, para aumentar o número de análises do solo, poderia haver um subsídio da prefeitura. Assim o agricultor pagaria a metade deste custo e a outra metade seria responsabilidade da prefeitura. Ou seja, o custo com o fornecimento de calcário aos agricultores poderia ser revertido para esta outra prática. A análise do solo tornaria possível a sua correção através do uso de fertilizantes adequados para cada caso.

Isto solucionaria também o uso inadequado de defensivos agrícolas, pois sabendo das reais condições do solo o agricultor teria mais convicção do tipo e da quantidade de insumos que deve usar.

Já o problema da falta de capital necessário aos agricultores pode ser resolvido por meio da concessão de crédito. Tendo crédito mais facilitado o agricultor terá melhores condições de investir primeiramente em insumos de melhor qualidade e quantidade desejável e depois em melhores equipamentos que lhe facilite a produção, aumentando diretamente a produtividade. Como observado no capítulo anterior, nos últimos anos houve um aumento da disponibilidade de crédito aos agricultores familiar por meio do PRONAF. Porém, segundo o presidente do sindicato, ainda é preciso uma quantidade maior de recursos disponíveis. Ainda, este crédito, além de ser destinado ao custeio da produção e aquisição de equipamentos agrícolas, poderia englobar também outros projetos de geração de emprego e de renda no setor rural, como a agroindustrialização/beneficiamento da produção. Outra melhoria seria canalizar mais

recursos aos agricultores descapitalizados que não têm condições de melhorar sua produção.

No entanto, para que este crédito seja efetivamente e eficientemente utilizado, é indispensável a melhoria na assistência técnica aos agricultores, o que aumentaria de forma direta a produtividade. Esta ação deveria partir da EMATER. Porém, nesta instituição, existe apenas um agrônomo e um técnico agrícola para atender a demanda de todos os agricultores do município. Segundo o agrônomo o número de profissionais é muito pequeno para prestar assistência técnica a todos que precisam. Assim, as ações da EMATER ficam bastante restritas. Na maioria das vezes a assistência ao agricultor é feita quando ele mesmo procura o escritório da EMATER para solucionar problemas pontuais. Para investir no fornecimento de assistência técnica aos agricultores, a prefeitura poderia auxiliar na melhoria da infra-estrutura da EMATER. Aumentando o corpo técnico e melhorando a infra-estrutura deste órgão poderia aumentar o nível de assistência técnica, bem como a elaboração de atividades para qualificar os agricultores, buscando melhorar as técnicas de plantio.

Outro problema bastante enfatizado pelos agentes que têm contato diretamente com a agricultura é a diferença das condições de preços entre os produtos agrícolas e os insumos utilizados na produção. Atualmente a agricultura é fundamentalmente baseada no uso de insumos industrializados: adubos químicos, sementes híbridas, agrotóxicos, máquinas, dentre outros. Isso faz com que ela fique dependente de grandes empresas multinacionais, onde os preços de seus produtos são cotados mundialmente. Por outro lado os produtos agrícolas, vendidos sem nenhum tipo de transformação industrial, têm um baixo valor de venda. Esta situação gera aos agricultores uma perda de renda e um lucro muito pequeno, ficando difícil sua permanência no meio rural.

Assim, mesmo conseguindo aumentar a produtividade com as ações acima descritas, ainda há uma parcela de agricultores, principalmente os cultivam uma pequena área, que não conseguirá um aumento de renda. Os principais produtos cultivados em Contenda – principalmente o milho e feijão – possuem um lucro unitário muito baixo. Para ser viável a produção destas culturas é necessária uma grande área.

As propriedades agrícolas de Contenda, em sua maioria, possuem menos de 10 ha. Nesta área se produz pouca quantidade destes produtos, trazendo um montante de capital muito pequeno aos agricultores, o que dificulta o investimento na produção.

Porém, nestas pequenas propriedades poderiam ser cultivados outros produtos ou executadas outras atividades rurais não-agrícolas. Já que a viabilidade econômica destas propriedades de pequeno porte não pode ser determinada pela área disponível, é preciso ver as possibilidades de acesso à educação e a convenientes inovações tecnológicas. A localização destas propriedades, o entorno institucional, a qualidade do solo, etc podem ser decisivos na execução das atividades. Nestas propriedades seria importante a diversificação da produção, buscando culturas alternativas que proporcionem um maior lucro unitário aos agricultores. Em relação ao cultivo de novos produtos, o agrônomo da EMATER salienta que o agricultor não busca novas culturas pela falta de mercado facilitado. Ele lembra que para o que se produz em Contenda – batata, milho, feijão e cebola – existe um comércio formado no próprio município. Desta forma, se o agricultor cultivar um produto estranho localmente ele sozinho terá dificuldade em encontrar mercado garantido.

Diante destes fatos, se faz necessário a preocupação em elaborar um projeto de viabilidade econômica a fim de identificar quais culturas se adaptam à região e de que forma estas podem ser comercializadas. Essa ação é possível com a parceria entre os vários agentes de desenvolvimento da agricultura. A EMATER, a cooperativa e a prefeitura poderiam se unir a fim de elaborar esta pesquisa de novas culturas, buscando o auxílio de pesquisadores e até dos próprios agricultores na produção coletiva do conhecimento. Depois de identificar os novos potenciais produtivos é imprescindível haver uma boa assistência técnica para auxiliar os agricultores na diversificação de sua produção. Ou seja, a pesquisa e a assistência técnica devem visar a reestruturação e a diversificação dos sistemas de produção, buscando uma forma sustentável de produção agrícola.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005 [a]) ressalta o grau de diversificação como sendo uma ação determinante no desenvolvimento rural. Observa que as economias rurais mais dinâmicas são as que mais se diversificam e buscam

mercados diferenciados, relacionando intimamente o setor primário com o setor terciário. Ao contrário, as economias baseadas em atividades agrícolas muito especializadas buscam apenas a exploração da fertilidade natural e, ainda assim, permanecem subdesenvolvidas.

Uma alternativa bastante citada para diversificar a atividade e a produção agrícola é a agroindustrialização como forma de tornar as propriedades em pluriativas. O incentivo à agroindustrialização deveria ter como público alvo prioritariamente aqueles agricultores descapitalizados que dificilmente conseguem sobreviver no meio rural. Há um grande leque de produtos que poderiam ser transformados: os produtos já cultivados no município, como a fabricação de ração com o milho, a instalação de uma empresa especializada em fritura de batata, ou até mesmo o cultivo de outros produtos para posterior transformação: a plantação de verduras para a fabricação de conservas, o cultivo de frutas da região para a fabricação de compotas/geléias, a criação de suínos e aves para a transformação em carnes e derivados. Até mesmo a exploração do artesanato.

O DESER (1997) valoriza o incentivo às pequenas agroindústrias como um importante meio de promover o desenvolvimento de pequenos municípios. Esta prática pode aumentar a renda dos agricultores, gerar postos de emprego local, ampliar a produção e arrecadação destes municípios, evitar o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida da população.

Vários produtos podem se transformar até mesmo nos próprios domicílios ou os agricultores podem se unir em torno de uma cooperativa para facilitar as condições de produção. Vale ressaltar a importância da assistência técnica prestada aos agricultores e a capacitação para efetuarem tais atividades. Além disso a legislação municipal para o beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal deve ser adaptada à realidade econômica da agricultura familiar local, por exemplo, através da criação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), com critérios diferenciados de exigências de infra-estrutura para a produção de produtos artesanais.

Ainda relacionado à questão da pluriatividade observa-se a transformação da propriedade agrícola em pesque-pague, hotel fazenda, explorando o turismo rural em

áreas onde possuam algum atrativo às pessoas urbanas (paisagens naturais como rios, cachoeiras, bosques, plantação de flores ornamentais, etc.). A proximidade com cidades maiores – Araucária e Curitiba – pode ser benéfica no sentido de atrair pessoas para passar finais de semana nestas propriedades. Da mesma forma, nestas cidades pode ser encontrado o mercado consumidor para a gama de produtos que seriam industrializados em Contenda. Como são cidades próximas os custos com o transporte não são um entrave para a agroindustrialização.

Além disso, podem ser exploradas outras formas de cultivo, como a produção de alimentos orgânicos. Os atuais insumos utilizados na produção trazem o agravamento das condições do solo, a redução da biodiversidade e a deterioração da saúde dos trabalhadores. Diante disso, o cultivo de produtos orgânicos, além de ser uma prática que trabalha amigavelmente com o meio ambiente, ainda traz um maior lucro aos produtores, visto que estes produtos podem ser vendidos com preço mais elevado. Cabe lembrar que está crescendo o número de pessoas que, mesmo pagando mais caro, preferem produtos orgânicos tendo em vista a preocupação com sua saúde, preferindo consumir alimentos mais saudáveis.

Estes produtos, tanto os orgânicos como os agroindustriais, também podem dar origem à feiras de produtores no próprio município. Essa prática incita a dinâmica territorial, pois é levado à população urbana do município produtos diretamente dos produtores, estimulando o comércio local.

Outro ponto importante para que as estratégias de desenvolvimento local tenham êxito é investir na educação e qualificação da mão-de-obra. A maioria dos agricultores, inclusive os mais jovens, tem um baixo nível de formação, estudam apenas até o ensino fundamental. A capacitação destes produtores aumentaria a produtividade de seu trabalho, pois a partir de maiores conhecimentos seria mais fácil a incorporação tecnológica na produção, como técnicas alternativas de produção, uso correto de insumos, melhoramento dos equipamentos, dentre outras práticas.

Como pode ser percebido no capítulo anterior há uma grande diferença entre o número de matrículas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em Contenda há apenas 1 colégio que fornece o Ensino Médio, além disso, ele está localizado no centro

do município. A diretora do colégio observa que a distância entre as propriedades rurais e o colégio é grande, dificultando o deslocamento dos jovens da área rural. Com isso estes jovens perdem horas de trabalho e por isso sentem-se desestimulados a freqüentar as aulas. Além disso, não conseguem perceber a utilidade da formação no Ensino Médio para a atividade rural, visto que esta formação não é especializada.

Diante disso, poderia ser construído um colégio agrícola no município. Este colégio forneceria o estudo Pós-Médio, onde os alunos freqüentariam as aulas específicas para a formação rural, aprendendo técnicas inovadoras de cultivo do solo, a importância do uso correto dos fertilizantes e insumos em geral, o uso racional dos recursos disponíveis e a importância da preservação do meio ambiente. Com esta formação, além de estimular a conclusão do Ensino Médio, o agricultor teria uma melhor base técnica para resolver os problemas do dia-a-dia e incentivaria o seu espírito empreendedor. Afinal são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram e disseminam as inovações, bem como procuram identificar as potenciais oportunidades de negócio.

No entanto, a capacitação dos agricultores deveria continuar após a formação neste colégio agrícola. A constante qualificação é imprescindível para atualizar os conhecimentos. Esta qualificação seria efetuada com reuniões e palestras técnicas elaboradas pela EMATER. Para a efetivação desta ação é importante uma parceria entre os agentes públicos e privados e instituições de ensino. O custo financeiro desta formação poderia ser rateado entre EMATER, prefeitura, sindicato e até a cooperativa. Ou seja, como a cooperativa já fornece algumas palestras para aumentar a formação dos seus associados, ela poderia reverter este custo para que, com a parceria com os outros agentes, uma parcela maior de agricultores pudesse ter uma maior qualificação. Pois é o pequeno agricultor descapitalizado quem mais precisa de acompanhamento técnico e este não está associado à cooperativa. Ele precisa perceber a importância de buscar meios que aumentem sua produtividade, iniciando pelo uso de insumos de qualidade e depois investindo em melhores equipamentos. Ora, assim ele vai comprar estes insumos, aumentando o comércio e favorecendo o aumento do montante de impostos recolhidos. Para que este agricultor consiga efetuar essas compras é

necessário que ele tenha acesso ao crédito, cuja importância já foi mencionada no início deste capítulo.

Um outro fator importante que ajuda a promover o desenvolvimento local é a presença de Capital Social, ou seja, as diversas formas de associações existentes. Vários autores indicam o Capital Social como um meio de potencializar o desenvolvimento local. Como observa DESER (1997), as regiões que conseguiram maiores índices de desenvolvimento são justamente aquelas em que se verifica um maior Capital Social. As associações facilitam o acesso a informação, a aquisição de conhecimento, a difusão da tecnologia, o fortalecimento nas reivindicações políticas, entre outros benefícios. Observando os dados do capítulo 2 pode se perceber que os agricultores estão bastante reunidos através do sindicato, praticamente todos agricultores familiares estão associados à esta instituição. Porém, apenas 450 agricultores são associados na cooperativa, ainda assim, são agricultores com um maior nível de informação e mais capitalizados. Ou seja, aquele agricultor que produz de forma rudimentar, obtendo baixa produtividade está isolado em sua propriedade. Assim, como o sindicato se apresenta como a única forma de associação para estes agricultores, através desta instituição deveria ser incentivada a formação de mais associações de agricultores.

A idéia de desenvolvimento local tem como meta o fortalecimento da capacidade produtiva e concorrencial de uma determinada área, bem como a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Atingir esses objetivos exige o esforço de toda a sociedade. É necessário a mobilização de todos os atores envolvidos, quer eles sejam públicos, privados, nacionais, regionais ou locais.

A prefeitura deve rever seu orçamento, planejando um maior investimento na agricultura local, já que este é um setor chave da economia municipal. Como observa DESER (1997) uma das causas da precária realidade dos pequenos municípios é a situação que se encontram as prefeituras. Além de disporem de escassos recursos muitas vezes estes são destinados a ações assistencialistas. Tais ações, no máximo, irão amenizar problemas pontuais, porém sem um plano sustentável de desenvolvimento dificilmente irão melhorar as condições do município. Além disso,

muitas vezes tais recursos são mau geridos: falta transparência na administração municipal, gastos sem critérios, compra de maquinário que serão pouco utilizados, etc. Isso faz com a prefeitura entre em uma séria crise financeira. Para tentar solucionar os problemas da falta de recursos muitos prefeitos optam cortar os gastos através da redução do quadro de funcionários, paralisação de obras de infra-estrutura, fornecimento precário de serviços básicos de saúde, educação, dentre outros. Estas diminuições das ações da prefeitura causam prejuízos no atendimento à comunidade.

Por outro lado, o poder público municipal tem papel determinante na implementação das propostas de desenvolvimento local. Seu papel é orientar e articular todas as forças da sociedade, bem como conhecer as potencialidades locais.

Assim, a prefeitura deve sempre busca melhorar sua administração através de práticas como a transparência na administração das contas públicas, avaliação periódica das ações executadas, dentre outras. Além disso, a definição das políticas públicas devem se concentrar nos setores que determinam a base econômica municipal.

Ora, como já detectado no capítulo 2, a base econômica do município de Contenda é a agricultura familiar. Assim, a prefeitura deve nortear ações que promovam a melhoria deste setor. Embora os recursos municipais sejam escassos, é importante a captação de investimentos por parte de outras esferas de governo – estadual e nacional –, a inserção do município em programas sociais, a efetivação de convênios com os fundos de recursos existentes. Após a captação dos recursos possíveis é imprescindível a elaboração do orçamento municipal com vistas a destinar recursos no fortalecimento da agricultura familiar, investindo nas ações descritas neste capítulo. Além disso, dar suporte à EMATER para que esta consiga prestar assistência técnica em maior número e qualidade.

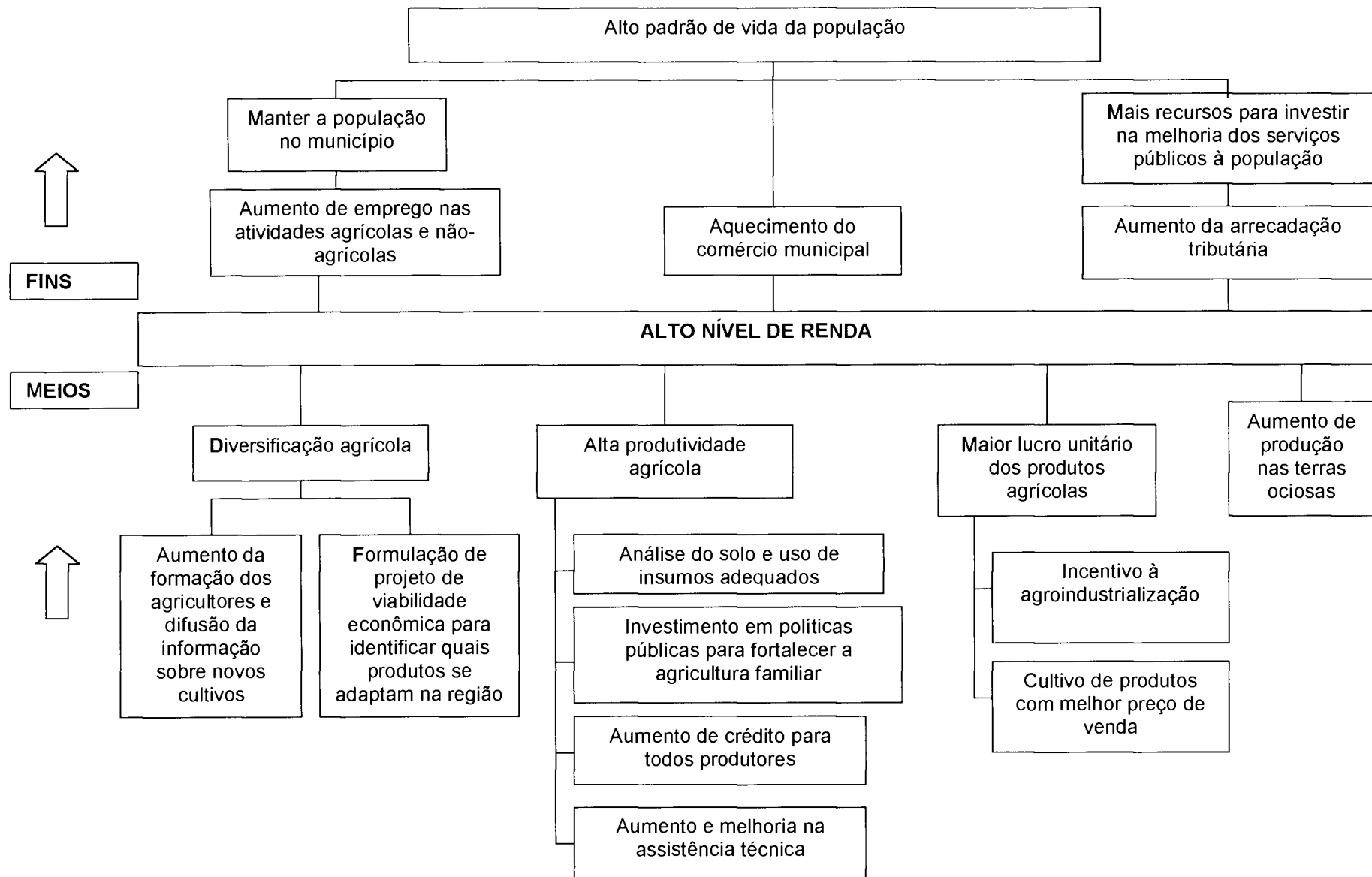
Outro ator decisivo na promoção do desenvolvimento local é o sindicato dos trabalhadores rurais. Esta instituição poderia buscar fornecer mais serviços e executar outras atividades além daquelas já desenvolvidas. O sindicato pode despertar nos agricultores a percepção da importância das associações como forma de fortalecimento da categoria, buscar parcerias com o setor público e outras organizações econômicas,

ser um agente participativo e reivindicador na formulação de políticas para o meio rural. Além disso, ser um organizador de associações nos processos de produção, comercialização e beneficiamento dos produtos agrícolas.

Quanto às ações da cooperativa, estas devem visar a promoção e o aumento da qualificação de todos os agricultores, por meio de capacitações efetuadas com a parceria com outras instituições públicas e privadas, bem como um maior relacionamento com vários agentes – empresas, profissionais de capacitação e de pesquisa – conquistados nos vários anos de atuação, ela tem uma grande capacidade de pesquisar a viabilidade econômica de novas culturas, bem como estimular a diversificação produtiva. Além disso, como a cooperativa já tem uma estrutura organizada – pessoal técnico, armazéns, secadores de grãos –, ficaria mais fácil a promoção da agroindustrialização. Esta instituição poderia diversificar também suas atividades.

A seguir é apresentada a árvore de objetivos³ para melhor visualização das ações propostas ao aumento do desenvolvimento econômico do município de Contenda.

³ Baseada na Metodologia do Marco Lógico. Para maiores informações consultar ORTEGÓN, E. et alli. Metodologia dei marco lógico para planificacion, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas.



Com as ações que visam estimular o setor rural do município de Contenda, favorecendo a diversificação de atividades neste meio, haveria maiores possibilidades de se estimular as atividades econômicas existentes e até criar outras novas. Ou seja, aumentaria os serviços de manutenção dos equipamentos agrícolas, a compra de insumos, fortalecendo o comércio local que está diretamente ligado com a agricultura. Além disso, a agroindustrialização geraria mais empregos diretos como também outras atividades poderiam ser estimuladas: as agroindústrias demandaram tanto profissionais de diversas áreas para a auxiliar na administração, quanto equipamentos e insumos para esta nova produção. Além disso o aumento de renda da população estimularia comércio e a prestação de serviços em geral, aumentando também o montante de impostos arrecadados pela prefeitura, que a partir daí teria maiores condições de investir na melhoria da infra-estrutura, no fornecimento de serviços básicos e na disponibilidade de lazer, melhorando o nível de bem-estar social da população como um todo.

5 – CONCLUSÃO:

As estratégias de desenvolvimento local mostram-se mais adequadas para serem adotadas, principalmente em pequenos municípios rurais.

A economia do município de Contenda é baseada na agricultura. Neste município são produzidos, basicamente, milho, batata, feijão e cebola. Ou seja, este município rural é fortemente influenciado pelo setor primário. No entanto, o cultivo destes produtos em Contenda não apresenta uma boa produtividade devido a várias causas, tanto relacionadas à infertilidade e uso inadequado do solo, quanto à carência de assistência técnica e capacitação dos agricultores, cujo nível de escolaridade é muito baixo.

Além disso, os produtos cultivados neste município apresentam fragilidade na comercialização. Como eles são vendidos *in natura*, sem nenhum tipo de transformação industrial que lhes agregue valor, seu preço se apresenta baixo. Por outro lado, os insumos utilizados na produção têm um preço elevado, cotado mundialmente, já que a maioria deles é fabricada por empresas multinacionais. Isso gera ao agricultor um lucro unitário pequeno. Diante disso, o cultivo destes produtos se torna praticamente inviável em pequenas propriedades. Essa realidade traz aos agricultores contendenses insegurança na geração e manutenção da renda, contribuindo para que o IDH deste município se apresente abaixo da média estadual.

A fim de solucionar os problemas existentes na agricultura de Contenda, é importante formular estratégias que possam fortalecer este setor e, conseqüentemente, a economia municipal como um todo. A questão da infertilidade do solo pode ser resolvida adotando algumas medidas, como análise das condições do solo e uso de fertilizantes adequados. Além disso, é importante que haja uma maior difusão do conhecimento, seja via aumento da assistência técnica aos agricultores, seja via capacitação da mão-de-obra dos produtores, levando-os a adotarem melhores técnicas de cultivo e buscarem a maximização da produção.

Outro ponto importante é o tipo de produto cultivado no município. Como em Contenda a predominância é de pequenas propriedades, onde a produção atual gera um lucro unitário muito pequeno, é importante estimular a diversificação da produção, iniciando o cultivo de novos produtos, promovendo a agroindustrialização, bem como buscando outras atividades rurais não-agrícolas, a fim de diversificar também a base produtiva de Contenda.

Para que estas medidas destinadas a solucionar os problemas apontados tenham êxito é necessária uma participação mais ativa de todos os agentes protagonistas do desenvolvimento econômico, tanto os órgãos públicos quanto os privados. Estes precisam rever e aperfeiçoar suas ações, como também aumentar a parceria uns com os outros.

Entretanto, sabe-se da dificuldade em atingir estes objetivos, visto que é preciso um esforço de toda sociedade: de um lado mudar a visão de estratégia de desenvolvimento, que ainda insiste em apenas atrair grandes empresas. De outro lado, há necessidade de recursos financeiros, principalmente dos órgãos públicos, cuja disponibilidade é cada vez mais restrita. Por isso, as metas destinadas à promoção do desenvolvimento econômico de Contenda só poderão ser alcançadas no médio ou longo prazo.

Assim, este trabalho não objetiva a formulação de uma receita única para o desenvolvimento do município de Contenda. Mas, a partir das reflexões levantadas, mostrou-se a necessidade de uma reestruturação e fortalecimento da base produtiva municipal e a possibilidade de racionalizar o uso dos recursos financeiros. Estes recursos, embora escassos, se forem canalizados para as atividades econômicas em potencial poderão promover o desenvolvimento econômico do município e a melhoria do nível de Desenvolvimento Humano da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza. 1996. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=autor>. Acessado em 12/07/2006. 11 p.

_____. F. Marco conceitual e estratégia para o Desenvolvimento Local. Recife, 200[?]. IADH. Disponível em < <http://www.iadh.org.br/>>. Acessado em 12/07/2006. 17 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília, 2005. 30 p.

_____. Referência para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2005 [a]. 32 p.

_____. Crédito rural do Pronaf. Disponível em <<http://smap.mada.gov.br/credito/anofiscal/anofiscal.asp>>. Acessado em 31/08/2006.

CONTENDA. Agência do Trabalhador. Relatório sobre postos de trabalho. 2006.

_____. Prefeitura Municipal. Relatório financeiro. 2006.

DENARDI, R.A. et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná, 2000. 57 p. Disponível em: <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=4>. Acessado em 12/07/2006.

DESER. Desenvolvimento local e agricultura familiar, 1997. 26 p. Disponível em <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/deser/deser97.rtf>>. Acessado em 12/07/2006.

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em <<http://www.ibge.com.br/>>. Acessado em 23/08/2006.

LLORENS, F.A. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política; tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro, BNDES, 232 p.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: Questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59. Set/2002.

ORTEGÓN, E. et alii. Metodologia del marco lógico para planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas. 2005. Disponível em <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/22239/P22239.xml&xsl=/ilpes/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acessado em 23/08/2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado do desenvolvimento Urbano. Base de dados dos municípios do estado do Paraná, 2006. Disponível em <<http://www.paranacidade.org.br/municipios/municipio.php>>. Acessado em 23/08/2006.

SILVA, G. G da. Entrevista concedida pelo gerente da cooperativa Bom Jesus. Contenda, 29 ago. 2006.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia. Belo Horizonte.v. 7, n. 1, p. 43-81. maio/1997.

TEIXEIRA, A. Entrevista concedida pelo agrônomo da EMATER. Contenda, 30 ago.2006.

TRZEZAK, M. Entrevista concedida pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Contenda, 30 ago. 2006.

VEIGA. J. E. A face territorial do desenvolvimento. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, set/2002.

_____. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. 2001. Disponível em <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=112>>. Acessado em 02/08/2006.

_____. A dimensão rural do Brasil, 2004. Disponível em <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=19>. Acessado em 03/08/2006.